

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EVASÃO NOS CURSOS
A DISTÂNCIA NO BRASIL**

CYNTIA DANIELLE PINTO GOMES

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EVASÃO NOS CURSOS
A DISTÂNCIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada por **CYNTIA DANIELLE PINTO GOMES**, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: **EDUCAÇÃO**.

Orientadora: Profa. Dra. **MARIA LUISA FURLAN COSTA**

**MARINGÁ
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

G633e Gomes, Cyntia Danielle Pinto
A Educação superior e a evasão nos cursos a distância no
Brasil / Cyntia Danielle Pinto Gomes. Maringá, PR: Universidade
Estadual de Maringá, 2020.
109f. il. tab. color.

Orientadora: Maria Luisa Furlan Costa
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Educação superior a distância - Evasão. 2. Políticas
públicas. I. Costa, Maria Luisa Furlan. II. Universidade Estadual de
Maringá. III. Título.

CDD 378

CYNTIA DANIELLE PINTO GOMES

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A EVASÃO NOS CURSOS
A DISTÂNCIA NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Luisa Furlan Costa – UEM

Prof. Dr. Alexandre Martins dos Anjos – UFMT

Profa. Dra. Marta Lucia Croce – UEM

Dedico este trabalho a minha família em especial meu esposo **Vanderlei** e aos meus filhos **João Vitor e Julia**. Obrigada pelo carinho, aconchego e amor dispensado, mas principalmente pela compreensão da minha ausência. Sem vocês eu não teria conseguido. Amo minha família!

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me segurado no colo, pela benção da sabedoria, discernimento, paciência e motivação para continuar. “Deus fez em mim maravilhas”.

Aos meus pais José Carlos (in memorian) e Ilze, pelo incentivo nos estudos, oferecendo o que tinham e podiam para que eu conseguisse alcançar meus objetivos.

Minha irmã Emanuelle e meu cunhado Paulo, pela caminhada de vida e de família, mas principalmente por serem exemplos de amor a mim e aos meus filhos. Sempre cuidando, orientando, amando sem fim. Não há no mundo nada que se compare a presença de vocês na minha vida e na vida da minha família.

As minhas sobrinhas Clara e Laura, minhas filhas postizas que moram dentro do meu coração. Crianças lindas que Deus me presenteou e que fazem parte da minha história.

Ao meu amado esposo Vanderlei, que mesmo diante das dificuldades da minha ausência, me ajudou a concluir esse processo. Homem trabalhador, inteligente, incentivador de sonhos. Minha eterna admiração por você e obrigada por ter me escolhido para ser sua eterna parceira de vida, de amor, de fé e de família. Te amo!

Aos meus queridos e amados filhos Joao Vitor e Julia que Deus me confiou. Meu amor por vocês chega doer o coração. Se fiz escolhas e tomei decisões, tudo foi por vocês. Minha vida, meu trabalho, meu foco é para que vocês tenham uma vida plena em Deus. Meus filhos são minha inspiração!

Aos profissionais da educação do município de Maringá, onde aprendi tudo. Minha carreira profissional foi construída nas escolas e Cmeis de Maringá. Gratidão as

pessoas que me deram oportunidade de apresentar meu trabalho e aqueles que contribuíram para minha formação profissional.

Aos professores doutores Telma Adriana Pacífico Martinelli, Marcília Rosa Periotto e Alexandre Martins dos Anjos pela apreciação e importantes contribuições no exame de qualificação.

Ao Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPeaDTEC), por compartilharem momentos riquíssimos em aprendizado, motivação e luta por uma educação de qualidade.

A minha querida orientadora Professora Doutora Maria Luisa Furlan Costa por ter me incentivado em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Sou muito grata por sua dedicação, apoio e principalmente sua motivação de vida. És exemplo para muitos. Minha eterna gratidão e orgulho de ter sido sua orientanda.

A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio. Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.

Marthin Luther King

GOMES, Cyntia Danielle P. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVASÃO NOS CURSOS A DISTÂNCIA NO BRASIL**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profª. Dra. Maria Luísa Furlan Costa. Maringá, 2019.

RESUMO

O presente estudo está inserido na linha de pesquisa em Políticas e Gestão em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM) e está vinculado aos estudos do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais. O objeto da pesquisa é a evasão nos cursos de graduação em Instituições Públicas e o objetivo é identificar os motivos que levam os estudantes dos cursos de graduação na modalidade a distância a desistirem do curso. A pesquisa foi realizada nos trabalhos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância, no período de 2010 a 2018. Para isso, optamos pela realização de uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, pois nesta dissertação utilizamos uma fonte específica, ou seja, os anais de um evento científico. Discorremos sobre os aspectos legais da Educação Distância e do Plano Nacional de Educação, no que se refere a modalidade e sobre o acesso, permanência e evasão. Apresentamos o evento do qual foram selecionados os trabalhos e a história da Associação Universidade em Rede, instituição responsável pela organização do Congresso. Os resultados apontaram que os principais motivos que levam a evasão se apresentam nas categorias de motivação pessoal e institucional e que os trabalhos demonstram preocupação em relação a carência de estudos científicos sobre a temática.

Palavras-Chave: Educação Superior. Evasão. Educação a Distância, Políticas Públicas.

GOMES, Cyntia Danielle P. **HIGHER EDUCATION AND EVASION IN DISTANCE COURSES IN BRAZIL.** 107 f. Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Profa. Dra. Maria Luísa Furlan Costa. Maringá, 2019.

ABSTRACT

The following study is part of the guideline from the research into Policies and Management in Education for the Graduate Program in Education (PPE / UEM) and it is linked with the studies of the Research Group on Distance Education and Educational Technologies. The goal of the research is the evasion from undergraduate courses in Public Institutions and the aim is to identify the reasons that lead students from undergraduate courses in distance learning to withdraw from the course. A research was carried out in works published in the Brazilian Congress of Higher Education of Distance Studies, from 2010 to 2018. To this end, we chose to conduct a research on types of the State of Knowledge, since this essay uses a specific source, that is, the annals from a scientific event. We argued the legal aspects of Distance Education and the National Education Plan, referring to the modality and access, permanence and dropout. We present the qualified event, in which were selected papers and the history of the Associação Universidade na Rede, the institution responsible for setting up the congress. The results pointed that the main reasons that lead to evasion appear in the categories of personal and institutional motivation and that papers have shown concerns regarding the lack of scientific studies on the subject.

Key words: Higher Education. Evasion. Distance Education, Public Policies

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação a Distância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa em Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CONAE	Conferência Nacional de Educação
DED	Diretoria de Educação a Distância
EaD	Educação a Distância
ESUD	Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância
FIES	Financiamento Estudantil
GPEaADTEC	Grupo de estudos em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de estudos e pesquisa educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
LDBEN	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UAB

Universidade Aberta do Brasil

UNIREDE

Associação Universidade em Rede

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Evolução do número de matrículas de graduação por categoria administrativa (2015-2017)51
Figura 2:	Evolução do número de concluintes de graduação por categoria administrativa (2015-2017)52
Figura 3:	Tipos de fontes bibliográficas.....62
Figura 4:	Fases da Análise do Conteúdo.....72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Evolução do número de matrículas em cursos de graduação segundo a modalidade de ensino no Brasil.....	28
Gráfico 2:	Número de matrículas na Educação Superior em Instituições Públicas.....	42
Gráfico 3:	Total de Matrículas realizadas no período de 2009 a 2018 nos cursos a distância.....	54
Gráfico 4:	Evolução do número total de matrículas dos cursos regulamentados totalmente a distância no período de 2009 a 2018.....	54
Gráfico 5:	Instituições que afirmam conhecer os motivos da evasão.....	55
Gráfico 6:	Número de artigos publicados por ano no período que compreende 2010-2018.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Evolução do número de IES, cursos, vagas e inscritos na Educação a Distância no Brasil (2002-2007)30
Tabela 2:	Resultado do Enade proporcional de todos os cursos avaliados no período de 2015 a 2017.....32
Tabela 3:	Resultado do Enade proporcional dos 40 cursos com maior número de participantes no período de 2015 a 2017.....32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Estrutura do PNE (2014-2024), considerando as metas, estratégias e eixos.....	38
Quadro 2:	Organização das diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de Educação Superior na modalidade a distância.....	41
Quadro 3:	Edições do Congresso Brasileiro de Educação a Distância (2010-2018)	66
Quadro 4:	Trabalhos Mapeados por título e palavras-chave considerando o descritor “evasão” nos cursos de graduação publicados nos anais do ESUD (2010-2018)	68
Quadro 5:	Organização dos artigos por número.....	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA	22
2.1. Democratização da Educação a Distância no cenário educacional brasileiro	22
2.2. O Plano Nacional de Educação e a Educação Superior a Distância	34
2.3. Democratização na Modalidade a Distância e a preocupação com a evasão	42
2.4. A evasão no Ensino Superior Brasileiro: concepções históricas e sociais	49
3 O ESTADO DO CONHECIMENTO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA	57
3.1. O Estado da Arte e o Estado do Conhecimento	57
3.2. Questões Metodológicas	61
3.3. A UNIREDE e o Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD): concepções históricas	63
3.4. Caminhos para a construção do Estado do Conhecimento	67
4. ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO ESUD DE 2010 A 2018	72
4.1. Categoria: Motivos Pessoais	75
4.2. Categoria: Motivos Institucionais	82
4.3. Categoria: Motivos Sociais	92
4.4. Estratégias e Índices de Evasão	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e tem como objetivo geral analisar quais os motivos que levam os acadêmicos dos cursos de graduação de Instituições de Educação Superior (IES) Públicas a evasão. Para isso, analisamos os trabalhos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Superior à Distância (ESUD), no período de 2010 a 2018.

O interesse pela temática Educação a Distância (EaD) surgiu em decorrência da necessidade que tive no ano de 2015 em realizar minha segunda licenciatura, o curso de pedagogia, para assumir a função de coordenadora pedagógica de uma escola no município de Maringá no qual tinha como obrigatoriedade esta formação. Como muitos educadores, pouco tempo eu tinha disponível naquele momento e foi então que procurei um curso a distância que atendesse minha necessidade de uma forma mais “fácil e rápida”. Para minha grata surpresa, o curso de pedagogia na modalidade a distância exigiu de mim muito mais que minha primeira graduação que foi realizada na modalidade presencial integralmente. A partir de então, percebi na Educação a Distância uma forma inteligente de estudos, que atendia a todos, cada aluno com sua carência e necessidades específicas.

Nesse sentido, comecei a realizar leituras e pesquisas em EaD e no ano de 2017 participei de uma reunião aberta a novos membros do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaADTEC), liderado pela Professora Doutora Maria Luísa Furlan Costa, que naquele momento oportunizou o convite a estudantes que se interessavam pelo tema.

Me identifiquei de imediato e assim, passei a fazer parte deste grupo seletivo, de pessoas engajadas no tema que muito contribuem na minha formação profissional por meio das reuniões que tive a oportunidade de participar como ouvinte e também apresentando discussões importantes relativas ao tema.

A partir disso, o ano seguinte foi um divisor de águas na minha vida pessoal e profissional, quando tive a oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação

em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Posso dizer que nesse momento, iniciei minha vida como pesquisadora. Após realizar reuniões sobre a temática deste trabalho, procurando relacionar meu projeto de pesquisa com um tema relevante, eu e a professora Maria Luísa Furlan Costa, orientadora deste trabalho, decidimos estudar a evasão nos cursos ofertados na modalidade a distância.

Partindo desse pressuposto, escolhemos os anais do Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD) no período de 2010 a 2018, devido a relevância do evento que é referência na pesquisa sobre Educação a Distância no Brasil. A pesquisa foi realizada a partir dos títulos, resumos e palavras chave dos anais do evento, disponíveis para pesquisa no link do ESUD, no site da Associação Universidade em Rede (UNIREDE), Instituição responsável pela organização do evento.

A UNIREDE foi formada no ano de 1999 e efetivamente começou a funcionar no ano de 2000, sendo um consórcio educacional que reúne, atualmente, 66 Instituições Públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

Para filtrar a pesquisa foi utilizado o descritor “evasão”. Foram encontrados, a partir da busca inicial, 27 trabalhos relacionados ao tema. Realizei a leitura do título, resumo e palavras-chave de cada um para escolher apenas aqueles que tinham como objeto de estudo a evasão nos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância nas IES Públicas. Após esse levantamento foram selecionados 14 trabalhos para a realização do mapeamento desta pesquisa, desconsiderando os trabalhos relacionados os cursos técnicos e de formação continuada. Vale ressaltar que os anais do ano de 2011 estavam indisponíveis para consulta e do ano de 2012 não registraram trabalhos acerca do tema evasão nos cursos de graduação.

Esses dados estão apresentados e sistematizados na seção três desta dissertação, em uma tabela com os trabalhos, o banco de dados e seus autores.

Partindo desse pressuposto, este estudo visa elencar a EaD como oportunidade, uma vez que se apresenta uma possibilidade de estudos, mas que precisa ser reconhecida e legitimada socialmente para continuar oferecendo uma

educação de qualidade a seus educandos. A Educação a Distância vem se constituindo como pauta de discussão de inúmeros congressos, palestras e também na academia, sendo entendida como uma nova modalidade de estudos, envolvendo o aluno no seu processo de aprendizagem, oportunizando autonomia e flexibilidade, sem prejudicar a qualidade do ensino.

Moran (2002) define a Educação a Distância como um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, no qual professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente, mas, no entanto, permanecem conectados por uma série de tecnologias (correio, telefone, Internet). Desta forma, é uma modalidade de ensino-aprendizagem que valoriza o aluno e cria momentos de estudos sem a necessidade de frequentar uma sala de aula com horários pré-estabelecidos. Outro fator importante é a utilização das tecnologias, o que favorece o desenvolvimento do cidadão, sujeito de uma sociedade em transformação. Sobre isso Kenski (2008, p. 28) conceitua:

Por meio das tecnologias digitais é possível representar e processar qualquer tipo de informação. Nos ambientes digitais reúnem-se a computação (a informática e suas aplicações), as comunicações (transmissão e recepção de dados, imagens, sons, etc.) e os mais diversos tipos, formas e suportes em que estão disponíveis os conteúdos (livros, filmes, fotos, músicas e textos).

Porém, por mais flexibilidade e estratégias que esta modalidade oportunize ao educando, muitos deles ainda não conseguem terminar o curso, o que acarreta os altos índices de evasão.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa é a evasão nos cursos de graduação ofertados na modalidade a distância nas IES Públicas. A importância de se discutir o tema corrobora com a constante comparação que ainda permeia esta modalidade com o ensino presencial, seus entraves e preconceitos, questionando sua qualidade, formato e avaliações.

Sendo assim, a modalidade a distância é uma oportunidade de democratização do conhecimento e do acesso à Educação Superior, buscando o aluno que não pode, por algum motivo, frequentar a sala de aula. Assim como o ensino presencial, também

possui suas fragilidades, principalmente em relação a deficiência nos investimentos financeiros e conseqüentemente nas políticas públicas destinadas para seu funcionamento. É preciso legitimar a importância dos cursos de Educação Superior a Distância na democratização da educação e lutar para que sejam realizados investimentos em políticas públicas para a modalidade, oferecendo melhores condições ao educando. Da mesma forma, é importante buscar estratégias para minimizar os números de desistências dos cursos ofertados em uma modalidade distinta do ensino presencial.

Além disso, as Universidades Públicas precisam se reorganizar para as necessidades dos educandos e da modalidade, oportunizando estratégias de permanência, uma vez que a autonomia universitária subsidia estas ações, buscando a melhoria da qualidade da educação por meio da utilização das tecnologias educacionais.

Partimos de uma hipótese inicial que pressupõe que os trabalhos selecionados apresentam os motivos que levam a evasão com estratégias que poderiam ser utilizadas para reduzir esse processo. Apontamos para um possível resultado de que fatores pessoais e institucionais contribuem na evasão discente nos cursos de graduação ofertados a distância.

Os objetivos específicos da pesquisa estão assim definidos:

- a) Apresentar os motivos que levam os estudantes a evadirem dos cursos;
- b) Analisar se nos trabalhos pesquisados aparecem estratégias para conter a evasão nos cursos;
- c) Verificar se os motivos de evasão se referem na sua maior parte a motivos pessoais ou a Instituição.

Sendo assim, para atingir os objetivos propostos, a dissertação está organizada em cinco seções. Na introdução, apresenta-se a justificativa para escolha do tema da pesquisa, seus objetivos, geral e específicos, assim como o objeto de estudo.

Na segunda seção desenvolvemos um estudo sobre a democratização da Educação Superior à Distância, apresentando a definição do tema e a legislação para a EaD. Tratamos também da importância do Plano Nacional de Educação e suas

metas e estratégias para a Educação a Distância e, por fim, apresentamos as estatísticas que apontam o crescimento e a expansão da modalidade.

Na terceira seção tratamos da metodologia utilizada, o percurso realizado para justificar a escolha da pesquisa tipo Estado do Conhecimento e da pesquisa qualitativa como método de investigação, explicando os critérios para a seleção dos trabalhos, o banco de dados e os descritores utilizados. Nesta mesma seção apresentamos também o histórico do evento ESUD assim como da UNIREDE.

Na quarta seção apresentamos o mapeamento das produções levando em consideração os objetivos da pesquisa na análise dos trabalhos. Discorreremos sobre a análise do conteúdo e a discussão dos resultados apresentados na produção científica, respeitando o recorte temporal selecionado para a pesquisa. É importante destacar o período de recorte com o número de trabalhos relacionados à temática, o que se pode afirmar que ainda temos poucos estudos científicos qualitativos a respeito da evasão na Educação Superior à Distância.

Nas considerações finais buscamos relacionar a fundamentação teórica com a análise dos resultados, discutindo e definindo os objetivos deste trabalho, apontando a importância da pesquisa realizada.

Consideramos a Educação Superior direito de todos e que a Educação a Distância deve ser uma forma de democratizar o conhecimento. As tecnologias utilizadas para as ações diárias do sujeito podem ser sistematizadas e utilizadas também no acesso à educação. Faz-se necessário o investimento em políticas públicas educacionais e a organização de estratégias pontuais para manter o aluno no curso, considerando a democratização como acesso, a permanência e a conclusão.

Esperamos que com esses dados e resultados apresentados, essa dissertação possa contribuir nos debates e estudos acerca desta temática, pois defendemos a EaD como modalidade necessária, mas que ainda carece de estudos pertinentes a evasão, onde o foco principal é apenas o acesso e permanência.

2. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Nesta seção discorreremos sobre o processo de democratização da Educação Superior na modalidade a distância, em seus aspectos legais e políticos, no atendimento às demandas e no cumprimento das metas específicas da Educação a Distância, inseridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e (LDBEN) e no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Apresentamos também o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que muito contribuiu para a democratização desta modalidade.

2.1. Democratização da Educação a Distância no cenário educacional brasileiro

Os cursos e congressos na área educacional brasileira têm discutido nos últimos anos diferentes possibilidades para a educação no que diz respeito a seus aspectos pedagógicos, apresentando novas práticas, considerando principalmente a importância das tecnologias digitais para atender a demanda de uma nova sociedade, como cita Coll (2010, p. 23):

As novas práticas educacionais devem estar contextualizadas com a realidade, em uma sociedade marcada por novas formas de organização econômica, social, política e cultural, de trabalhar, aprender, se relacionar e pensar, denominada Sociedade da Informação.

É fato que as práticas pedagógicas tradicionais já não conseguem responder mais a todos os interesses e necessidades dos educandos, sujeitos de uma sociedade em transformação, onde as tecnologias cada vez mais ganham espaço no cenário educacional brasileiro. O ambiente de modernização tecnológica e de novas conquistas científicas tem provocado, no âmbito das instituições, a necessidade de recursos humanos com mais conhecimentos e habilidades para a atuação dentro dos

novos processos organizacionais e para a compreensão e operação das tecnologias com alta agregação da informática (ALONSO, 1996). No caso da Educação Superior, uma nova modalidade de estudos, atrelada ao uso de tecnologias, aparece e pode ser um fator motivacional para aquele que, por algum motivo, não conseguiu realizar seus estudos de forma presencial, tornando-o o ator principal de sua aprendizagem.

Para Kenski (2013, p. 59) a EaD se trata de uma nova cultura. Uma nova relação entre os participantes, os conteúdos, as metodologias, as tecnologias, os comportamentos e a avaliação. Uma forma de modificar a maneira de ensinar e aprender, promovendo uma ampla transformação cultural. Segundo Guarezi e Matos (2012, p. 20), “[...] a EaD apresenta algumas características, como: autonomia, comunicação e processo tecnológico”. Verifica-se que o ambiente de educação a distância, precisa do desenvolvimento de metodologias participativas, aprendizagem colaborativa e modelos de gestão, deixando, assim, o aluno de ser objeto das ações e passando a ser sujeito do processo de aprendizagem, tirando maior proveito dos ambientes virtuais (ALONSO, 1996).

Nesse sentido, a Educação a Distância aparece como uma nova modalidade de ensino, de autoaprendizagem, definida e regulamentada por meio LDBEN que no Artigo 80, em suas disposições gerais, define que “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades e de educação continuada” (BRASIL, 1996). O mesmo artigo prevê ainda em seu parágrafo primeiro que a educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pelas União. No parágrafo 2º determina-se que a União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. A lei complementa, no parágrafo 3º, que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

A legislação define o formato e a responsabilidade tanto do poder público como das Instituições, mas foi por meio do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998,

que a regulamentação ocorreu de forma mais efetiva, como descreve e define o Artigo 1º do documento:

Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Assim, esse novo formato de ensino se constitui como uma maneira flexível e alternativa de estudos, oferecendo oportunidade ao cidadão que por algum motivo não conseguiu ter acesso ao ensino presencial. O parágrafo único do Decreto nº 2.498/1998 define ainda que os cursos ministrados sob essa nova “forma” favorecerão o acesso, horário e duração, com flexibilidade, porém sem prejuízo aos objetivos das diretrizes curriculares nacionais. O Artigo 2º do documento normatiza as iniciativas para a Educação a Distância determinando que "os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por Instituições Públicas ou Privadas especificamente credenciadas para esse fim [...]" (BRASIL, 1998).

Com efeito, a Educação a Distância foi cada vez mais sendo reconhecida pelos órgãos competentes, por meio dos documentos que autorizavam e orientavam seu funcionamento. Com a necessidade de atualização que alguns dispositivos exigiram, o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 revogou os decretos anteriores e passou a regulamentar o Artigo 80 da LDBEN, no que diz respeito o credenciamento e funcionamento dos cursos na modalidade a distância. O Decreto nº 5.622/2005 prevê em seu Artigo 1º:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005a).

O Decreto afirma no §1º do Artigo 3º que os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial. No Artigo 4º, é ressaltada a avaliação do desempenho do estudante que deverá ocorrer por meio de cumprimento de atividades programadas, e a realização de exames presenciais para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de certificados, que são legitimados pelo Artigo 5º que orienta que os diplomas deverão ser expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, com validade nacional (BRASIL, 2005).

O referido documento ainda define os níveis e modalidades que poderão ser ofertados a distância, incluindo a Educação Superior. O capítulo IV do documento se refere à oferta de cursos superiores na modalidade a distância e preconiza, no Artigo 20, que as instituições que detinham prerrogativa de autonomia universitária, credenciadas para oferta da Educação Superior a distância, poderiam criar, organizar e extinguir cursos ou programas de Educação Superior nessa modalidade, conforme disposto no inciso I do Artigo 53 da LDBEN. Em situação contrária, as instituições que não detinham prerrogativa de autonomia universitária deveriam solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de cursos e programas de educação ofertados na modalidade a distância.

No ano de 2017, o Decreto nº 5.622/2005 foi revogado pelo decreto nº 9.057/2017 que passa a considerar a educação a distância uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros aspectos. O documento permite, ainda, que as atividades educativas possam ser desenvolvidas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. O documento legitima e regulamenta o Artigo 80 da LDBEN, garantindo uma definição mais próxima da realidade que pensamos e consideramos sobre a EaD.

Com a legalização, regulamentação e normatização, pode-se dizer que se iniciou um processo longo de aceitação da modalidade que sugeriria uma mediação didático-pedagógica utilizando meios e tecnologias de informação e comunicação,

na qual alunos e professores interagissem na aprendizagem de acordo com suas demandas de tempo e lugar, com atendimento às necessidades do educando. A oferta de cursos a distância marca o início ao processo de democratização do acesso à Educação Superior a uma grande parcela da população com possibilidade de evoluir e capacitar-se como afirma Pereira (2007, p. 36):

Atualmente, verifica-se, que com o ensino a distância, a educação em nível de graduação e pós-graduação no Brasil, que era restrito a uma elite, está se expandindo de maneira veloz para uma grande camada da população. Na modalidade a distância, o aluno não precisa estar frequentando a sala de aula para aprender, visto que a presença do professor será feita por meio de um sistema que compreende material didático especialmente preparado, tutoria a distância no ambiente virtual dos cursos, entre diversos outros elementos utilizados há muitos anos por conceituadas universidades do mundo.

Contudo, a EaD começa sua expansão, tanto nas instituições públicas como nas privadas. E no caso das instituições particulares, foi vinculada a modalidade a distância, uma oportunidade de mercado. É fato que a ideologia neoliberal presente no Governo Fernando Henrique Cardoso, cujo mandato converge com a legislação que formalizou e impulsionou a EaD, favorece o investimento e o crescimento da iniciativa privada na oferta de cursos a distância no Brasil, haja vista que uma das principais características deste ideário é exatamente o lucro a qualquer custo, independente da qualidade na oferta. Além disso, o incentivo financeiro do Estado, por meio de políticas públicas e financiamento ainda é mínimo, o que deixa uma lacuna no oferecimento da EaD de maneira igualitária a todos os cidadãos.

Destarte, o percurso de legitimidade desta modalidade teve seus percalços devido à resistência que podemos observar até os dias de hoje, inclusive na academia. Kenski (2010) afirma que a EaD era vista como uma forma supletiva de oferecimento de educação e com baixa qualidade e por isso as iniciativas para esta modalidade de ensino não entusiasmaram os sistemas formais de Ensino Superior – público e privado - até meados dos anos 1990. Porém, acreditamos que essa forma de ensino oportuniza a democratização do conhecimento, por meio do uso de tecnologias de comunicação e informação, apresentando-se como uma oportunidade de estudos,

considerando as dificuldades de deslocamento, horários, desenvolvimento da autonomia, do prazer e da vontade do aluno, por meio de uma mediação didático pedagógica.

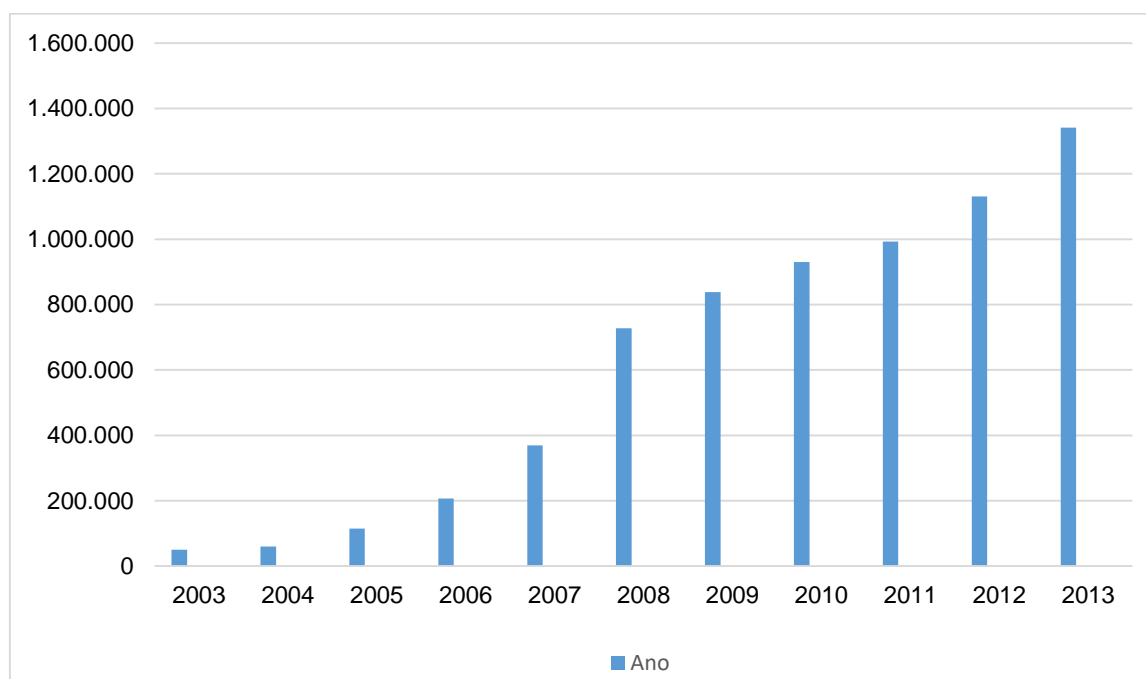
Nesse processo de expansão, no ano de 2006, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação, foi implementado, por meio do Decreto nº 5.800/2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que foi criado “[...] com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no País” (BRASIL, 2006). O Sistema UAB foi instituído com o objetivo de ofertar e ampliar o acesso ao Ensino Superior nas diferentes regiões do país por intermédio da EaD. A proposta era a oferta de licenciaturas e a formação inicial e continuada aos professores da educação básica, de modo a atender a demandas específicas de capacitação docente e as prerrogativas das da LDBEN E PNE (BRASIL, 2001a).

O Artigo 61 da LDBEN destaca a relevância da formação para os profissionais da educação, apontando para a necessidade de que todos os professores que atuam na educação básica devam possuir formação específica em nível superior. A Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, apresenta em suas metas e estratégias a necessidade de formação em nível superior para atender às demandas da educação básica. Esse documento, na Meta nº 4, destaca a EaD como uma possibilidade para a oferta de Ensino Superior para atender às exigências sociais e educacionais (BRASIL, 2001a).

E em função disso, que o Sistema UAB caracterizou-se por um consórcio de instituições públicas de Ensino Superior que poderiam ofertar cursos superiores a distância, por meio de parcerias com estados e municípios brasileiros, com financiamento dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). Esse sistema contribuiu para a ampliação de vagas, pois foi organizado para atender uma demanda de pessoal que necessitava no momento de uma oportunidade de estudo que atendesse suas reais necessidades, integrando as Universidades Estaduais e Federais, destacando ainda que as instituições poderiam ofertar os cursos em polos para facilitar o acesso aos estudantes.

Com a implantação dessa política pública, foi crescente e constante o aumento do número de matrículas nas IES como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas em cursos de graduação na modalidade a distância no Brasil entre 2003 e 2013



Fonte: Censo 2014; elaborado pela autora.

De acordo com os números apresentados, podemos observar a grande expansão que a EaD teve nesse período. No ano de 2006, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) declarou que, entre os anos de 2003 a 2006, houve aumento de 571% de cursos a distância” (ALONSO, 2010, p. 1324). O gráfico corrobora com a afirmação da autora, demonstrando um grande avanço da modalidade a distância no ensino brasileiro.

Com a expansão da Educação Superior, como forma de democratizar o acesso, as Instituições começaram a buscar, via EaD, uma ampliação no seu campo de atuação. O Artigo 1º do Decreto nº 5.800/2006, que regulamentou a UAB, aponta como finalidade o oferecimento, prioritariamente, de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Destacamos que o § IV do

Decreto aponta que deverá ser ampliado o acesso à Educação Superior pública seguido do § V que aponta a redução das desigualdades de oferta da Educação Superior entre as diferentes regiões do país. Porém é no inciso §VI que observamos a legitimação da EaD, incentivando e fomentando o desenvolvimento institucional para modalidade a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras (BRASIL, 2006).

Diante disso podemos afirmar que o Sistema UAB é um programa salutar na expansão e democratização do acesso à Educação Superior, mas que precisa de uma organização didática, pedagógica e principalmente de uma política específica que atenda suas demandas, seja uma forma de estudos com qualidade no processo de ensino-aprendizagem, com continuidade de políticas públicas para este fim.

Ronaldo Mota, então Secretário de Educação a Distância no ano de 2006 do Ministério da Educação (MEC), relatou no Censo de 2007 a importância da UAB, suas potencialidades, sendo uma alternativa para o atendimento às demandas reprimidas pela Educação Superior, as quais têm gerado um cenário nacional de assimetrias educacionais, seja em relação à oferta de formação inicial, seja em relação às possibilidades de oferta de formação continuada ao longo da vida.

A legislação acompanhou o processo de novas demandas para a modalidade e foi se adaptando por meio de revogação e atualização de dispositivos legais anteriores. Com isso, em 2007, houve a promulgação do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera a redação do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. O referido documento contempla a legalização do formato de se oferecer a Educação a Distância, organizando e legalizando o credenciamento e a mediação didática em polos, com devida autorização prévia como afirma o documento no Artigo 10, § 1º:

O ato de credenciamento referido no caput considerará como abrangência para atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização das atividades presenciais obrigatórias, a sede da instituição acrescida dos endereços dos polos de apoio presencial, mediante avaliação in loco, aplicando-se os instrumentos de avaliação pertinentes e as disposições da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004 (BRASIL, 2007a).

O Decreto nº 6.303/2007 foi promulgado no ano limite estabelecido pela LDBEN para que todos os professores da educação básica possuíssem Ensino Superior e foi nesse período que houve grande expansão e, conseqüente, aumento da procura pelos cursos a distância para cumprimento da lei conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Evolução do Número de IES, Cursos, Vagas e Inscritos na Educação a Distância no Brasil - 2002 a 2007

Ano	IES	%	Cursos	%	Vagas	%	Inscritos	%
2002	25	-	46	-	24.389	-	29.702	-
2003	38	52,0	52	13,0	24.025	-1,5	21.873	-26,4
2004	47	23,7	107	105,8	113.079	370,7	50.706	131,8
2005	73	55,3	189	76,6	423.411	274,4	233.626	360,7
2006	77	5,5	349	84,7	813.550	92,1	430.229	84,2
2007	97	26,0	408	16,9	1.541.070	89,4	537.659	25,0

Fonte: Censo 2002-2007; elaborada pela autora, 2019.

De acordo com os dados do Censo, 97 IES ofereceram cursos de graduação a distância em 2007, o que mostra uma quantidade de 19 IES a mais em relação às registradas no ano de 2006, um número significativo no aumento de cursos de Educação Superior na modalidade a distância em relação aos últimos anos. Comparando com o ano de 2006, foram criados 59 cursos à distância, o que representou um aumento de 16,9% nesse período. Em relação às vagas oferecidas, o número em 2007 é quase o dobro do ano anterior, com aumento de 89,4% ou seja, uma oferta maior, totalizando 727.520 vagas.

Com essa demanda, a Educação a Distância que sofria resistência e críticas, se legitima com legislação e expansão notórias nesse período, abrindo novos caminhos na democratização do acesso à Educação Superior como afirma Zanatta (2014, p. 54):

A modalidade de educação a distância que antes era discriminada, tendo sua qualidade questionada, passa a ser uma modalidade de educação que tem quebrado o preconceito e reduzido a discriminação, pois se apresenta como uma alternativa às mudanças sociais ocorridas pela difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, pela oferta de cursos, atendendo à demanda crescente de profissionais que necessitam da formação em nível superior, impulsionada pela proposta da LDBEN.

As críticas que a Educação a Distância tem sofrido ao longo do tempo não levam em consideração as virtudes que esta modalidade de ensino pode oferecer na democratização do acesso ao conhecimento, na oportunidade de novos saberes científicos e no desenvolvimento da autonomia do aluno. É preciso reconhecer o cidadão como parte integrante de uma sociedade, por vezes excludente, que não leva em conta as possíveis dificuldades e enfrentamentos de frequentar cursos de graduação, cumprindo horários e agendas pré-estabelecidas, haja vista a necessidade do trabalhar para suprir suas necessidades básicas e de sua família.

Sendo assim, com a necessidade clara de uma sociedade em transformação, a preocupação na atualidade é de formar o cidadão e não apenas preparar o trabalhador. Isto significa a definição de programas e projetos que possam fazer uso das novas tecnologias para capacitar as pessoas para tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade: político, social, econômico, educacional (KENSKI, 2008).

Nesse processo de expansão da EaD, as Instituições Privadas também demonstraram interesse no seu credenciamento, com a abertura de inúmeros polos. As Instituições Públicas e Privadas são frequentemente combinadas com outras variáveis para caracterizar a heterogeneidade da Educação Superior no Brasil, porém verifica-se uma tendência de crescimento maior na iniciativa privada (SAMPAIO, 2013). Isso se caracteriza pela redução de custos, com uma operação em grande escala e de forma padronizada. Com efeito, ocorre uma diminuição do valor das mensalidades e conseqüente expansão dessas instituições (SAMPAIO, 2013).

Mesmo com esse viés mercadológico, as Instituições Privadas atendem à demanda legal e exigências da lei, mas oferecem cursos a valores baixos e com períodos curtos de duração. Esse fator influenciou diretamente a qualidade do ensino

como podemos observar nos resultados do Exame Nacional de Desempenho de estudantes (ENADE), avaliação oficial do Ministério da Educação que tem como objetivo verificar a qualidade dos cursos superiores das IES do país, tanto na Educação Presencial como na Educação a Distância.

Tabela 2: Resultado do Enade proporcional de todos os cursos avaliados no período de 2015 a 2017 por categoria administrativa

IES Federais	3,10
IES Estaduais e Municipais	2,58
IES Privadas	2,13

Fonte: MEC/INEP; elaborada pela autora, 2019.

Essa tabela nos permite observar que a média da qualidade dos cursos das IES Públicas é superior aos resultados observados nas IES privadas. Ao considerarmos esse fato e uma vez que o desempenho do aluno depende do curso que está inserido é importante realizar uma comparação por curso. Os dados apresentados a seguir apontam os resultados do ENADE proporcional para os 40 cursos com maior número de participantes no ciclo ENADE 2015-2017.

Tabela 3: Resultado do Enade proporcional dos 40 cursos com maior número de participantes no período de 2015 a 2017

Curso	Participantes	Públicas	Particulares	Curso	Participantes	Públicas	Particulares
Administração	117.227	3,36	2,08	Farmácia	12.344	3,49	2,19
Pedagogia	111.485	2,61	2,01	Engenharia Elétrica	12.229	3,16	1,84
Direito	104.913	3,53	2,20	Geografia	10.935	2,56	2,24
Ciências Contábeis	53.863	2,96	2,05	Matemática	10.920	2,09	1,91
Engenharia Civil	46.241	3,55	1,76	Com.Soc. Pub. Proc	10.545	3,64	2,53

Curso	Participantes	Públicas	Particulares	Curso	Participantes	Públicas	Particulares
Educação Física	45.449	3,01	2,26	Logística	10.311	3,10	2,19
Enfermagem	32.260	3,32	1,99	Agronomia	9.559	3,08	2,30
Gestão de Rec. Hum.	27.835	3,46	2,24	Análise e Des. Sist.	9.307	2,84	2,16
Serviço Social	27.495	3,38	1,73	Processos Gerenciais	9.281	3,40	2,27
Arquitetura e Urbanismo	23.742	3,77	2,15	Sistema de Informação	9.089	2,91	2,26
Psicologia	23.503	3,47	2,39	Medicina Veterinária	8.564	3,61	2,33
Engenharia de Produção	20.730	3,47	2,07	Ciências da Comp.	7.795	3,39	2,06
Ciências Biológicas	19.235	2,62	2,08	Biomedicina	7.449	3,40	2,16
História	15.640	2,64	2,35	Ciências Econômicas	7.391	2,46	2,43
Engenharia Mecânica	15.548	3,23	1,93	Química	6.913	2,50	1,86
Medicina	15.382	3,04	2,26	Engenharia Química	6.044	3,33	2,10
Fisioterapia	14.570	3,51	2,54	Gestão Financeira	5.598	2,78	2,26
Odontologia	13.989	3,38	2,12	Marketing	5.539	3,07	2,37
Nutrição	12.552	3,44	2,30	Filosofia	5.007	2,08	2,45

Fonte: MEC/INEP; elaborada pela autora, 2019.

Observando os dados da Tabela 3, podemos afirmar que as IES Públicas apresentam os melhores resultados para o ENADE proporcional de 39 dos 40 cursos relacionados. Para alguns cursos, como por exemplo o de Enfermagem, o resultado do desempenho das IES Particulares é muito baixo se comparado com os resultados das IES Públicas. Com os dados selecionados podemos concluir que o ENADE apontou que as IES Públicas, em média, tiveram desempenho superior que aquele observado nas IES Privadas, o que prejudica a qualificação profissional dos alunos.

É preciso considerar a EaD como uma nova forma de ensinar e aprender, como uma importante ferramenta educacional, favorecendo uma efetiva aprendizagem com flexibilidade no cumprimento de horários e no espaço físico. Além disso, a EaD se mostra, atualmente, como uma modalidade legalizada, normatizada e regulamentada, com papel ímpar no desenvolvimento de uma sociedade em constante transformação digital e tecnológica, bem como respaldada nos documentos legais que regem a educação.

2.2. O Plano Nacional de Educação e a Educação Superior a Distância

Com a expansão da Educação a Distância, é notório que as Instituições de Ensino estão apresentando um maior envolvimento e interesse nos programas que trata da modalidade. Esse modelo educacional tem demonstrando, ao longo dos anos, uma possibilidade de democratizar a Educação Superior no Brasil. É importante destacar que a legislação vem acompanhando esse processo, atendendo as novas demandas. Porém, as políticas públicas ainda estão fragilizadas no que diz respeito à efetiva implementação e organização quando relacionadas as Instituições Públicas. Algumas existem como política de governo, mas são as políticas de Estado que efetivam e consolidam as ações diretas para uma aplicabilidade prática e intencional, devendo ser levadas em consideração as necessidades e particularidades de cada um. Dourado (2017, p. 43) afirma que “[...] a prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais e, como tal, envolve a resolução de expectativas e requisitos contraditórios [...]”.

Com efeito, quando falamos em educação e legislação, é de suma importância destacarmos o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014 por meio do Decreto nº 13.005, com validade de 10 anos para sua efetivação. O Plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem nortear as iniciativas na área educacional, apresentando-se como um documento cuja sua efetivação está relacionada diretamente com os investimentos financeiros do Governo Federal para a

educação. Os estados e municípios brasileiros devem elaborar seus planejamentos, considerando sua realidade, demanda e necessidade local. O objetivo do Plano é melhorar as condições e a efetiva qualidade no ensino, devendo ser avaliado de dois em dois anos por meio de conferências municipais, estaduais e nacional, para atender a legislação educacional brasileira por meio da LDBEN, que em seu Artigo 87º, § 1, exige que:

A União, no prazo de um ano a partir da publicação da lei, deveria encaminhar ao Congresso Nacional, um Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os 10 anos seguintes, em sintonia com a declaração mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1996).

O processo de construção do plano iniciou-se em 1931, com o Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), na era Vargas. O referido documento apresentava, em seus artigos, a organização do órgão, seus objetivos e membros. No Artigo 2º já explanava sua relação com a possível construção de um plano, explicando que o órgão deveria colaborar com o ministro da educação nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação (BRASIL, 1931). No Artigo 5º são apresentadas as diretrizes da educação e o aumento dos recursos financeiros:

- a) Colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino;
- b) Promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o Estado em quaisquer domínios da educação;
- c) Sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios a organização e ao desenvolvimento do ensino, em todos os seus ramos;
- d) Estudar e emitir parecer sobre os assuntos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro;
- e) Facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contato entre os institutos técnico-científicos e o ambiente social;

- f) Firmar as diretrizes gerais o ensino primário, secundário, técnico e superior, atendendo acima de tudo, os interesses da civilização e da cultura do país

Desta forma, o Plano Nacional de Educação inicia seus primeiros passos com objetivos sólidos, porém com alguns entraves na efetivação dos mesmos, haja vista a falta de interesse político e, como consequência, escassez nos investimentos e políticas públicas para sua execução.

Assim, o PNE é organizado e como lei nasce em 09 de janeiro de 2001, por meio da Lei nº 10.172, com prazo de 10 anos para ser executado, ou seja, para que suas metas fossem atingidas por meio das estratégias específicas determinadas no próprio documento. O primeiro plano aprovado por lei, teve como foco, a construção de políticas e programas que objetivaram a melhoria da educação, embora não tenha vindo acompanhado de instrumentos que permitissem colocar em prática o que foi estabelecido em suas metas. São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2001a).

O PNE (2001-2010) abrangeu todos os níveis e modalidades, atribuindo aos estados e municípios a tarefa de elaborar seus Planos Estaduais e Municipais de Educação, levando em consideração as necessidades e particularidades de cada região. O documento foi organizado em 20 metas e cada meta com suas estratégias específicas, ou seja, uma proposta de caminho para a realização da meta. A Educação

a Distância é mencionada no documento como uma nova forma de estudos, compatível com a transformação da sociedade, como possibilidade de garantir a qualidade na educação, como afirma Arruda (2015, p. 325):

A EaD, sob essa perspectiva do PNE 2001-2010, parece ser a resposta para os males que acometeram a educação brasileira ao longo dos últimos séculos. O outro olhar é de caráter instrumental e técnico. Tem-se a impressão de que, em complemento à visão anteriormente discutida, a presença quantitativa de equipamentos (computadores, televisores, etc.) por si só garantiria a melhoria da educação e a possibilidade da oferta de cursos à distância.

Ao final do período de vigência do Plano foi verificado que muitas metas ficaram longe de serem alcançadas e uma reavaliação era extremamente necessária. O PNE demonstrou o reconhecimento da educação como um direito e suas metas refletiam as prioridades elencadas pelos municípios e estados brasileiros. Porém, para o atingir as metas, era necessário o investimento financeiro da União atrelado ao grande desafio do documento, que foi “alcançar a expansão do atendimento escolar nos diversos níveis de ensino, melhorar a formação acadêmica do corpo docente e da infraestrutura da escola, revertendo o quadro atual predominante em boa parte das unidades escolares do país” (BRASIL, 2004, p. 43).

Para tanto, no dia 1º de abril de 2010 foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), um espaço de discussão para a reavaliação do PNE (2001-2010) e também sobre os rumos que o país deveria tomar em relação a melhoria da qualidade da educação brasileira. Com a participação de profissionais da educação, nos diferentes níveis e modalidades, esse evento aconteceu na cidade de Brasília e discutiu o PNE 2001-2011, com o objetivo de reavaliar o documento e reorganizar, em diretrizes, o novo Plano Nacional de Educação que seria apresentado no ano de 2011. O documento final da Conferência propôs em linhas gerais a proposta de “[...] servir de referencial e subsidio efetivo para a construção de um novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) e para que a partir do documento houvesse avanço de políticas de educação e gestão, resultando em políticas de Estado” (CONAE 2010, p. 11).

Todavia, o documento foi enviado ao Congresso Nacional e dependia da aprovação para sua regulamentação, o que não aconteceu de imediato. Após quatro anos de tramitação nas diversas instâncias e nos enfrentamentos políticos, o novo Plano tem sua aprovação e regulamentação apenas no ano de 2014 quando foi promulgado como Lei sob o nº 13.005/2014.

O documento é composto por 14 artigos, 20 metas e 254 estratégias. Seguindo a mesma estrutura do documento anterior, a proposta é que após aprovação seja realizada pelo menos duas Conferências Nacionais no período de sua execução para uma avaliação da execução do Plano, precedidas pelas Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

Quadro1: O Plano Nacional de Educação 2014-2024 está assim organizado:

Estrutura do PNE 2014-2024, considerando as metas, estratégias e eixos		
METAS	ESTRATÉGIAS	EIXO PRINCIPAL
1	17	Educação Infantil
2	13	Ensino Fundamental
3	14	Ensino Médio
4	19	Educação Especial
5	7	Alfabetização
6	9	Educação Integral
7	36	Qualidade na Educação
8	6	Escolaridade Média
9	12	Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização)
10	11	Educação de Jovens e Adultos (Profissionalização)

Estrutura do PNE 2014-2024, considerando as metas, estratégias e eixos		
11	14	Educação Profissional
12	21	Educação Superior
13	9	Pós Graduação (Qualidade)
14	15	Pós Graduação (Matrículas)
15	13	Formação de Professores
16	6	Formação Continuada
17	4	Valorização Docente
18	8	Plano de Carreira
19	7	Gestão Democrática
20	12	Financiamento e Educação

Fonte: Plano Nacional de Educação, 2014; elaborado pela autora, 2019.

Como podemos observar na tabela acima, cada meta tem como premissa um eixo ou tema principal, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Em relação a Educação Superior, encontramos na meta 12 os objetivos para este nível: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014).

No que trata da Educação Superior a Distância podemos destacar a estratégia 12.2:

12.2) ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional de Educação deixa bem clara, a necessidade de oferta de vagas e expansão da Educação Superior, assim como a permanência nos cursos, porém, não faz menção a importância de elevar a taxa de conclusão na Educação Superior a Distância como se aplica na Educação Superior Presencial, observada na estratégia 12.3:

12.3) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior (BRASIL, 2014).

Em contrapartida, para legitimar a meta 12, o CNE elaborou um documento que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância, regulamentado por meio da Resolução nº 1, de 11 de março de 2016. O texto apresenta no Artigo 1º das suas disposições gerais que a resolução é a base para as políticas e processo de avaliação e de regulação dos cursos e das Instituições de Educação Superior no âmbito dos sistemas de educação na modalidade educacional EaD.

O documento está organizado em capítulos e vem ao encontro das propostas do PNE, sendo organizado da seguinte forma:

Quadro 2: Organização das Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a Distância

Capítulo I	Disposições Gerais: apresentando a definição da EaD, estrutura, regras de funcionamento dos cursos, organização curricular bem como o a importância do uso de tecnologias.
Capítulo II	Material Didático, Avaliação e Acompanhamento da Aprendizagem
Capítulo III	Da Sede e dos Polos na Modalidade de Educação a Distância.
Capítulo IV	Dos Profissionais da Educação
Capítulo V	Dos Processos de Avaliação e Regulação da Educação a Distância.

Fonte: Portal do MEC 2016; elaborado pela autora, 2019.

Em relação a este documento, podemos destacar sua importância permeando um novo horizonte de conquistas e desafios, atribuindo a EaD seu valor como uma nova oportunidade de aprendizagem. O professor Luís Fernando Dourado, relator e organizador dessas diretrizes, em entrevista disponibilizada no sítio da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) destaca que essas diretrizes, buscam a institucionalização da modalidade EaD no Brasil, considerando sua importância política, sobretudo, se levarmos em conta os desafios colocados na meta 12 do PNE no tocante a expansão da Educação Superior.

Os documentos legais que legitimam e regulamentam a EaD foram se adaptando de acordo com a demanda, a partir das reavaliações dos planos nacionais de educação por meio das conferências realizadas para esta finalidade. Com isso a EaD apresentou sua expansão de forma notória, com o aumento do número de vagas e matrículas. Porém a preocupação com essa democratização se restringe, ao nosso ver, com o mercado educacional brasileiro, fonte de capital das IES privadas, e no acesso e permanência as IES públicas, apenas. Isso quer dizer que há uma fragilidade no que diz respeito às estratégias de diminuição da evasão nos cursos, o que justifica

a diferença entre o número de matrículas e o número de concluintes. Se na educação presencial isso também ocorre devido à dificuldade dos estudantes em frequentar os cursos, como justificar a evasão na Educação a Distância?

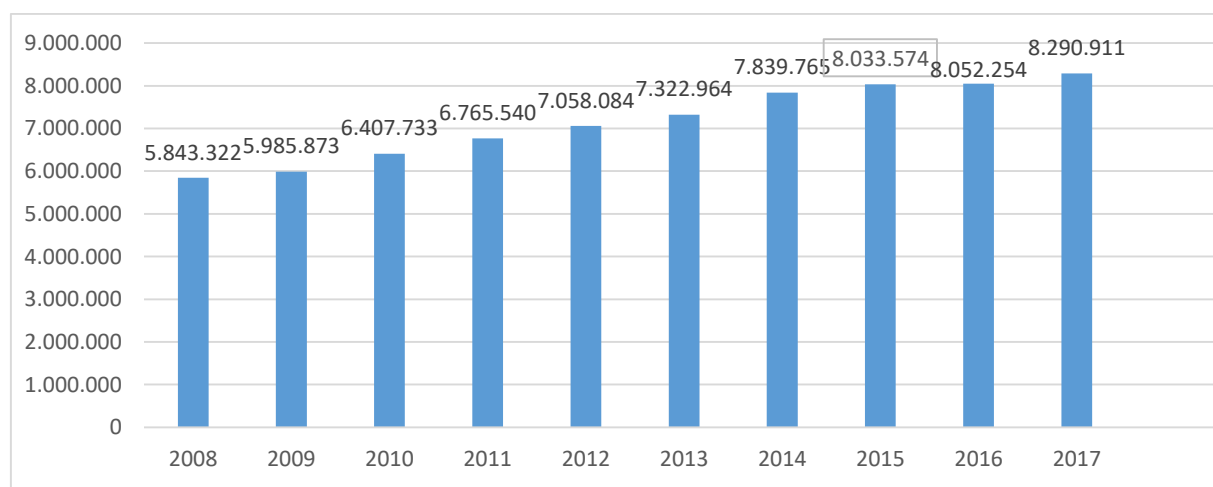
No próximo item dessa seção, discorreremos sobre a democratização da educação por meio da EaD, considerando o acesso, a permanência e a evasão.

2.3. Democratização na Modalidade a Distância e a preocupação com a evasão

Para discutir a democratização da EaD no Brasil se faz necessário refletir sobre a democratização do acesso à Educação Superior. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e o próprio Ministério da Educação (MEC) divulgam, anualmente, as estatísticas que comprovam o aumento da demanda, de procura e oferta de vagas no Ensino Superior. Com os dados divulgados podemos inferir que a Educação Superior sofreu, entre os anos 2010 e 2018, período de recorte deste trabalho, uma expansão significativa no número de matrículas.

O quadro abaixo não apresenta os dados do ano de 2018, pois ainda não está disponibilizado para consulta no site.

Gráfico 2: Número de matrículas na Educação Superior (IES Públicas)



Fonte: INEP, 2017 elaborado pela autora, 2019.

É possível observar que esse gráfico contempla as Instituições Públicas, objeto de estudo deste trabalho, e que há aumento significativo no número de matrículas no período.

Partindo do pressuposto de que democratizar é o ato de colocar ao alcance do povo, da maioria da população, o que podemos definir como “democratizar o acesso à Educação Superior”? Para Maciel (2015), o conceito acesso é identificado como ingresso, permanência e conclusão, enquanto nas políticas para a Educação Superior esse conceito aparece somente como sinônimo de ingresso. Silva e Nogueira (2011) entendem o acesso como a participação na Educação Superior, considerando as dimensões de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino.

Todavia, o acesso à Educação Superior ainda se limita a uma pequena parcela da população e não alcança a todos por diversos fatores, sejam eles socioeconômicos, culturais e de diversidade étnica racial. Sguissardi (2014) afirma que a elitização desse nível de educação continua com dados preocupantes: “o principal fator de produção do elitismo da IES neste país: mais de 89% dos jovens de 18 a 24 anos ainda não têm acesso à Educação Superior e menos de 5% dos jovens de 24, ingressam na pós-graduação stricto sensu” (SGUISSARDI, 2014, p. 72).

O Plano Nacional da Educação (2014-2024) prevê, na Meta 12, a elevação de taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Vale ressaltar que o Artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988 também prevê a educação como direito: “a educação é caracterizada como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo incentivada e promovida por meio do coletivo, ou seja, trata-se de diferentes elementos cuja relação é determinante, envolvendo família, Estado e sociedade. No Artigo 211, a CF responsabiliza União, estados, Distrito Federal e municípios pela organização de seus sistemas de ensino no que diz respeito à oferta e ao financiamento. Igualmente, estabelece a parcela de contribuição e

responsabilidade de cada ente da Federação e do Estado para a garantia e efetivação desse direito.

Sendo assim, defendemos que a democratização do acesso à Educação Superior perpassa no campo político, na efetivação de políticas públicas de acesso, permanência e evasão, oportunizando vagas e matrículas, mas que também deve haver preocupação e criação de estratégias que possam conter ou diminuir a evasão dos cursos, por meio de ações institucionais e governamentais.

Para a democratização do acesso a esse nível de ensino, é necessário a efetivação de políticas, programas, projetos e ações que favoreçam a oferta e conclusão dos cursos. Nesse sentido, Cordeiro e Cordeiro (2015) definem que é preciso além de interesse e investimento político em educação, o envolvimento das IES, assim como sua adaptação a realidade dos seus estudantes para a permanência nos cursos:

A permanência é uma política institucional, um compromisso que a instituição assume para evitar/diminuir a evasão de estudantes e que precisa ir além da mera preocupação com números e criar um espaço de relações na universidade, que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil dos/as estudantes, de modo que eles desempenhem sua função social de promoção e exercício da cidadania (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015, p. 72).

De fato, as políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra nas ações de assistência estudantil, mas abarcam os aspectos de infraestrutura física e tecnológica, bem como das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes das IES (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016).

No Brasil, quando falamos do acesso às Instituições Privadas, podemos citar alguns programas do Governo Federal que incentivaram novas matrículas na Educação Superior, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pelo Decreto nº5.493 de 18 de julho de 2005, que concede bolsas de estudos integrais e parciais nas Instituições Privadas nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica (BRASIL, 2005), bem como do Financiamento Estudantil (FIES), instituído pelo Decreto nº10.260 de 12 de julho de 2001, que financia o estudo

dos alunos matriculados em Instituições Privadas. Essa política governamental incentivou o acesso à Educação Superior, porém não abrangeu o ensino público, uma vez que as vagas são oferecidas somente no setor privado.

Quando falamos em acesso à Educação Superior em IES públicas, objeto desse trabalho, podemos citar o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 pelo Governo Lula e afirmou em seu Artigo 1º que o programa “tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior por meio do aumento do número de vagas/alunos nas salas de aula “[...] flexibilidade dos currículos, novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão” (BRASIL, 2007). O principal objetivo do programa foi criar condições de expansão física e pedagógica em toda a rede federal de Educação Superior, apresentando em seu Artigo 2º, as dimensões que deveriam atender aos aspectos específicos das Instituições:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Com isso, o Governo Federal estabeleceu um compromisso, por meio do Ministério da Educação, de destinar recursos financeiros para efetivação da política e contribuir na oferta de vagas nesse nível de ensino.

Todavia, mesmo com os programas voltados para oportunizar a democratização e expansão a Educação Superior, os números relacionados à

conclusão de curso sempre se apresentaram menores que os números relativos ao ingresso ou número de matrículas:

A conclusão é que o estudante brasileiro que não consegue se matricular em Instituições Públicas também não conseguem pagar as mensalidades praticadas no setor privado e a demanda não mais acompanha a oferta. Programas como o de Financiamento Estudantil (FIES) e o Universidade para Todos (PROUNI) tem conseguido frear a queda da relação candidato/vaga do setor privado, mas não se mostram suficientemente vigorosos para reverter o quadro atual (LOBO, 2011, p. 26).

Saviani (2010, p. 14), apresenta um outro olhar para explicar a deficiência nas políticas, o que o autor chama de falsa democratização:

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que foram implementadas políticas públicas de incentivo, como explicar a alta taxa de evasão nos cursos? Algo de errado aconteceu no meio do caminho para que as políticas não contribuíssem efetivamente nesse processo.

No que diz respeito da Educação a Distância e conforme já apresentado, o Programa Universidade Aberta do Brasil foi e ainda é um programa de suma importância, sendo que sua proposta inicial foi exatamente o “desenvolvimento da modalidade de educação distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior no País, fomentando a modalidade nas Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como no apoio as pesquisas em metodologias inovadoras deste nível, respaldadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Desse modo, é necessário analisar que com as políticas de incentivo, alguns fatores devem ser apontados e discutidos, principalmente por nós, estudiosos e pesquisadores da área, que defendemos a EaD como uma oportunidade de educação de qualidade. Os programas por si só apresentam de forma implícita as necessidades e interesses políticos no atendimento a demanda da população. As políticas públicas surgem a partir de uma necessidade, mas que trazem consigo aspectos de interesse e variáveis de cada governo.

Por isso é necessário que os cursos superiores ofertados no âmbito do Sistema UAB não se tornem uma obrigação do Estado apenas para o cumprimento da lei, como uma “ação fragmentada do poder público, que não resolve definitivamente e com qualidade, a demanda da Educação Superior Pública no Brasil (ARIEIRA et al., 2009, p. 319). É importante dizer que esse programa é desafiador e demanda uma estrutura completa capaz de realizar o atendimento de forma satisfatória. Como foco da sua proposta, o Sistema UAB traz a ampliação no número de vagas, porém deve-se pensar também na garantia da permanência e principalmente na conclusão do curso com qualidade. Dourado (2008, p. 911) destaca que “[...] é preciso expandir as matrículas e, ao mesmo tempo, otimizar a capacidade instalada, contratar novos professores, melhorar a infraestrutura das instituições, entre outros[...]”.

Além disso, os programas precisam ser legitimados, reorganizados a partir da demanda, reavaliados de acordo com as necessidades para serem contínuos e efetivos, o que nem sempre ocorre, prejudicando o atendimento como afirma Costa (2010, p. 66):

Infelizmente não se percebe, ainda, por parte dos órgãos governamentais, uma linha de ação que possa garantir, em definitivo, a continuidade dos programas implementados pelo Ministério da Educação para a oferta de cursos superiores a distância, bem como se observa a carência de medidas capazes que regulamentar a modalidade de EAD nas Instituições de Ensino Superior.

As ideias de Costa (2010), no que diz respeito à importância da continuidade do programa, corrobora com as ideias de Alonso (2010), que conceitua como “risco de sustentabilidade do sistema” em decorrência da deficiência de estrutura nos polos e

nas instituições, se apresentando “insuficientemente instrumentalizados para organizar e ministrar os programas de formação”. A autora relata ainda que a infraestrutura física é deficiente nos polos de apoio presencial, além de apresentar problemas no sistema de tutoria, justamente na articulação do tutor com o professor, que é visto como um supervisor do trabalho do tutor (ALONSO, 2010, p. 1332).

A função do tutor na educação a distância apresenta relevância ímpar na construção do saber, pois é a interligação entre professor, aluno e aprendizagem. Os tutores são escolhidos por meio de processo seletivo, de acordo com critérios pré-estabelecidos nos editais dentro das Instituições e não possuem vínculo empregatício. Para sua atuação, recebem uma bolsa oferecida pela CAPES para a execução de suas atribuições:

Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso; apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes (grifo nosso); colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes; participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino; elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria; participar do processo de avaliação da disciplina sob a orientação do professor responsável (BRASIL, 2010).

Sendo assim, o tutor é o facilitador do processo de aprendizagem, é o contato direto do aluno ao conhecimento, porém não participa da organização dos conteúdos e não tem o devido reconhecimento pela sua função de acompanhamento do desenvolvimento do educando, ou seja, “não é profissionalmente reconhecido socialmente, economicamente e sem vínculo empregatício compatível com suas atribuições” (ALONSO, 2010, p. 1333). O tutor a distância que deveria ser um mediador entre professor e aluno, se torna o responsável pela aprendizagem, com estratégias e metodologias elaboradas pelos professores. Esse tutor que não tem vínculo trabalhista com a instituição recebe uma bolsa e acompanha o desenvolvimento do aluno, inclusive na avaliação (PRETI, 2008).

Diante disso, é fácil perceber a importância do programa na expansão e efetivação da EaD no país. Chaves Filho (2007, p. 86) afirma que “o fértil terreno no qual se lançam as sementes do Projeto UAB propiciará revisão de nosso paradigma educacional, no que tange à modernização, gestão democrática e financiamento”.

Atualmente, o Sistema UAB é um programa que faz parte da Diretoria de Educação a Distância (DED) da CAPES e tem como objetivo a formação e capacitação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, com a utilização de metodologias da Educação a Distância. Com efeito, é importante e necessário discutir as políticas e ter consciência que na verdade não basta um programa que visa a ampliação de vagas e o aumento no número de matrículas, sem considerar uma organização política, uma estrutura física, humana e tecnológica que possa garantir a permanência e a conclusão do curso.

2.4. A evasão no Ensino Superior Brasileiro: concepções históricas e sociais

O tema evasão tem sido pauta de congressos e eventos educacionais como um grande desafio, buscando-se entender suas causas. De maneira geral, a desistência dos educandos nos cursos perpassa por diversas motivações e prejudica o sistema educacional brasileiro como um todo.

A evasão escolar trata-se de um fenômeno social definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005). Nesse processo, a desistência dos alunos nos seus respectivos cursos é um problema que atinge as instituições de ensino provocando consequências sociais, acadêmicas e econômicas.

Em se tratando da Educação Superior, a evasão aparece de forma veemente nas diferentes categorias administrativas. No setor público há preocupação com os recursos investidos. No setor privado caracteriza-se como uma perda de investimento financeiro. E com isso uma consequente ociosidade de professores, colaboradores, equipamentos, espaço físico, investimentos. Uma pesquisa realizada por Silva Filho (2007) em todas as IES do Brasil apontou que, no período entre 2000 e 2005, a evasão

média foi de 22%, atingindo 12% nas públicas e 26% nas particulares. Além disso, a pesquisa afirmou que poucas IES possuíam um programa institucional regular de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências.

Para entender esse processo, Lobo (2007) apresenta a evasão sob dois aspectos importantes. A evasão anual média e a evasão total. A primeira representa a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte). A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. Nos dois casos, a evasão se refere aquele aluno que ingressou na Educação Superior e que não terminou seus estudos, ou seja, não obteve certificado de conclusão de curso.

Do ponto de vista teórico, Tinto (2007) traz grandes contribuições acerca do tema. O autor apresentou um modelo explicativo do processo de evasão na Educação Superior com foco na integração e engajamento acadêmico e social do estudante a IES. A evasão da Educação Superior seria uma atitude voluntária, motivada principalmente por desempenho acadêmico insatisfatório e da não integração social ao novo ambiente (TINTO, 2007). Além disso, o autor pontua que intervenções visando tanto à adaptação ao ambiente quanto ao apoio pedagógico para estudantes com dificuldades de aprendizagem são ações necessárias por parte das instituições. Nessa direção, Tinto (2007) aponta que inovações no processo de ensino em sala de aula podem ser estratégias efetivas para a persistência dos alunos.

Nesse sentido, muito se discute sobre o tema, mas ainda há controvérsias no diagnóstico dos verdadeiros motivos que levam os estudantes a desistirem dos cursos.

Demetriou e Schmitz-Sciborski (2011) afirmam que estudos desde a década de 1930, se desprendem na tarefa de compreender os motivos para a evasão. Os autores apontaram como principais motivos a baixa qualidade do ensino que o estudante recebeu na educação básica; insatisfação com as relações sociais estabelecidas com colegas, professores e funcionários da instituição; o não oferecimento de programas de enriquecimento curricular e de atividades extracurriculares; a necessidade de

trabalhar ou dependência financeira para custear os estudos e características sócio demográficas familiares, tais como distância de casa, ser da primeira geração da família a estar em um curso superior e nível socioeconômico da família.

Segundo dados do INEP, em 2008 a taxa de evasão dos que ingressaram em 2005 variou entre 33% e 38,8% nas instituições públicas e foi de 44,7% nas instituições privadas. Porém se observarmos os dados do último censo da Educação Superior (2018), em relação as matrículas e concluintes dos cursos, os resultados apontam um cenário diferente.

Figura 1: Evolução do número de matrículas de graduação, por categoria administrativa (2015-2017)

ANO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	TOTAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
			PÚBLICA				PRIVADA
			TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2015	Total	8.027.297	1.952.145	1.214.635	618.633	118.877	6.075.152
	Universidade	4.273.155	1.663.222	1.068.101	545.485	49.636	2.609.933
	Centro Universitário	1.357.802	18.844	-	1.570	17.274	1.338.958
	Faculdade	2.251.464	125.203	1.658	71.578	51.967	2.126.261
	IF e Cefet	144.876	144.876	144.876	n.a.	n.a.	n.a.
2016	Total	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623
	Universidade	4.322.092	1.679.479	1.083.050	547.181	49.248	2.642.613
	Centro Universitário	1.415.147	22.708	-	1.538	21.170	1.392.439
	Faculdade	2.146.870	123.299	1.682	74.727	46.890	2.023.571
	IF e Cefet	164.592	164.592	164.592	n.a.	n.a.	n.a.
2017	Total	8.286.663	2.045.356	1.306.351	641.865	97.140	6.241.307
	Universidade	4.439.917	1.720.110	1.120.804	563.636	35.670	2.719.807
	Centro Universitário	1.594.364	18.712	-	1.076	17.636	1.575.652
	Faculdade	2.070.197	124.349	3.362	77.153	43.834	1.945.848
	IF e Cefet	182.185	182.185	182.185	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Censo da Educação Superior 2018.

Nota: n.a. corresponde a não se aplica na categoria administrativa.

Podemos observar que o Censo da Educação Superior apresenta o total de 8.286.663 matrículas de graduação, o que corresponde a um aumento de 3% em relação à edição de 2016. Dessas matrículas, 75,3% são da categoria privada e 24,7%, da categoria pública. Na sua totalidade, os números apontam um crescimento similar

tanto na categoria pública quanto a privada, onde pode-se verificar que houve expansão de matrículas de graduação na categoria federal (4,6%). Vale ressaltar que também há crescimento da categoria privada se apresentando em contrapartida aos números observados nos biênios 2013-2014 (9,2%) e 2014/2015 (3,5%) e (2015-2016 (-0,3%)), (INEP, 2018).

No que diz respeito aos concluintes, ou seja, aqueles que ingressaram, se matricularam, permaneceram e terminaram o curso, podemos observar os resultados na figura abaixo:

Figura 2: Evolução do número de concluintes de graduação, por categoria administrativa (2015-2017)

ANO	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	TOTAL	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				
			PÚBLICA				PRIVADA
			TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
2015	Total	1.150.067	239.896	134.447	86.770	18.679	910.171
	Universidade	595.518	205.366	121.604	76.328	7.434	390.152
	Centro Universitário	209.597	2.924	-	118	2.806	206.673
	Faculdade	332.366	19.020	257	10.324	8.439	313.346
	IF e Cefet	12.586	12.586	12.586	n.a.	n.a.	n.a.
2016	Total	1.169.449	246.875	146.367	81.279	19.229	922.574
	Universidade	619.837	211.618	132.645	71.043	7.930	408.219
	Centro Universitário	208.412	3.307	-	61	3.246	205.105
	Faculdade	327.723	18.473	245	10.175	8.053	309.250
	IF e Cefet	13.477	13.477	13.477	n.a.	n.a.	n.a.
2017	Total	1.199.769	251.793	151.376	83.951	16.466	947.976
	Universidade	636.850	215.414	135.970	73.681	5.763	421.436
	Centro Universitário	233.153	2.866	-	89	2.777	230.287
	Faculdade	314.780	18.527	420	10.181	7.926	296.253
	IF e Cefet	14.986	14.986	14.986	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: Censo da Educação Superior 2018.

Nota: n.a. corresponde a não se aplica na categoria administrativa.

De acordo com a tabela, a soma dos concluintes é de 1.199.769, o que representa 14,5% das matrículas. Se compararmos ao censo anterior, verifica-se elevação de 2,6% dos concluintes, bem como elevação de 4,3% em relação a 2015 (INEP, 2018).

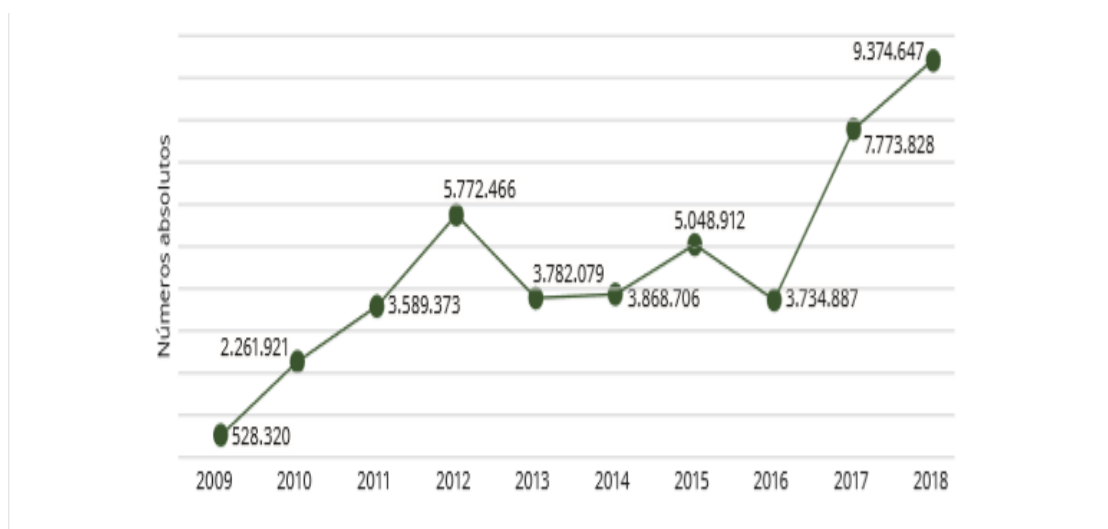
Esses números demonstram uma alta estatística para evasão, mas com índices menores se comparados aos anos anteriores, onde percebe-se uma discreta elevação de percentual.

É possível e necessário que as IES tanto públicas quanto privadas desenvolvam programas de combate à evasão por meio de uma avaliação institucional, possibilitando a tomada de decisões pelos gestores, que podem fazer as correções necessárias nos setores que apresentem problemas (BOTH, 1998).

Mas o tema evasão não aparece apenas quando mencionamos os cursos presenciais. Na Educação a Distância as taxas de evasão apontam números importantes. De acordo com o Censo EaD 2018 realizado pela ABED, a Educação a Distância apontou em 2017 o maior número de matrículas desde 2008 chegando a quase 1,8 milhões o equivalente a 21,2% do total de matrículas em toda a Educação Superior (INEP, 2018). Os resultados mostram, ainda, que de 2017 para 2018 foram mais de 1.500.000 novas matrículas nos cursos a distância. Porém, pode-se observar também que as IES que oferecem cursos completamente a distância apresentaram uma taxa de evasão de até 50% por abandono, desistência ou trancamento de matrícula (INEP, 2018).

O volume total de matrículas contabilizadas pelo Censo 2018, desde 2009 até 2018, pode ser observado no Gráfico 3:

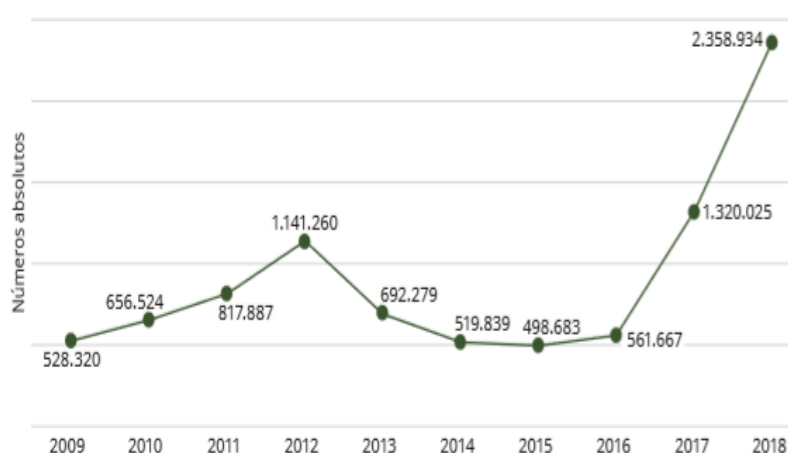
Gráfico 3: Total de Matrículas realizadas no período de 2009 a 2018 nos cursos a distância.



Fonte: Censo da Educação Superior 2018.

O gráfico apresenta os dados contabilizados na Educação a Distância como um todo. Os números apontam 2.358.934 alunos em cursos totalmente a distância e 2.109.951 em cursos semipresenciais. Os cursos livres corporativos e não corporativos somam 4.905.762 novas matrículas.

Gráfico 4: Evolução do número total de matrículas dos cursos regulamentados totalmente a distância no período de 2009 a 2018.



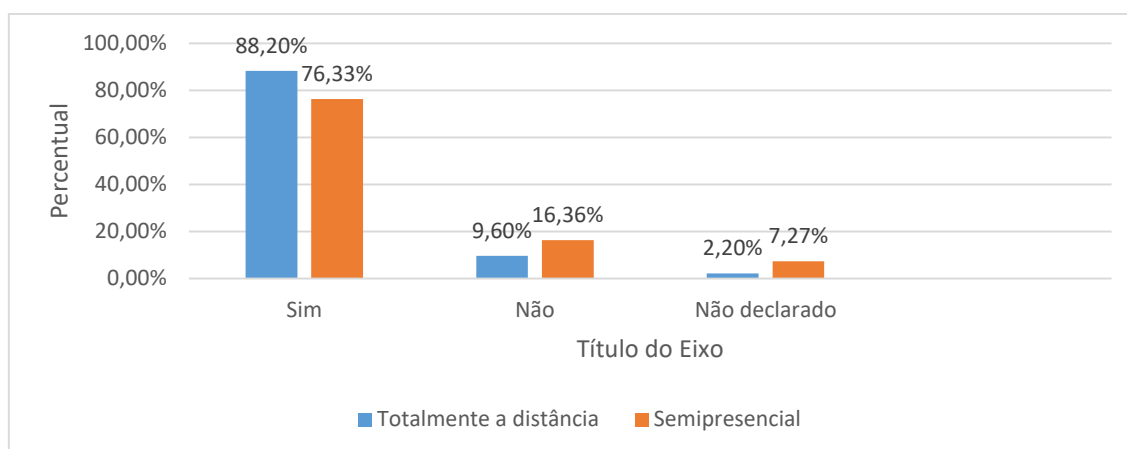
Fonte: INEP, 2018.

Com os dados apresentados podemos perceber que o ano de 2012 houve um grande crescimento no número de matrículas para os cursos totalmente a distância no Brasil. No período de 2013 a 2015 houve queda considerável dos números, uma vez que pode ser observado praticamente 50% de diminuição no número de matrículas.

Essa queda se deu no período em que José Henrique Paim Fernandes estava como Ministro da Educação (MEC). Em entrevista para a Revista Exame *On line*, em 09 de setembro de 2014, afirmou que a queda no número de matrículas se deu devido à preocupação com a qualidade dos cursos, o que o obrigou a tomar medidas regulatórias e de supervisão naqueles cursos que não demonstraram qualidade ou demonstraram reincidência negativa em avaliações de desempenho. Entretanto no ano de 2016, os números apresentaram aumento considerável totalizando 2.358.934 matrículas no ano de 2018.

Com os dados apresentados podemos perceber que a EaD está consolidada no cenário educacional brasileiro, observados seu histórico de expansão e uma grande procura pela modalidade. Mas os dados de permanência e conclusão dos cursos ainda são motivo de estudos para entender o processo da evasão como um desafio. Porém, de acordo com o Censo da Educação Superior à Distância 2018, as taxas de evasão mesmo sendo uma preocupação, quando comparada aos anos anteriores, tem apresentado diminuição nos números.

Gráfico 5: Instituições que afirmam conhecer os motivos de evasão



Fonte: Censo da Educação Superior 2018.

Os dados mostram que houve um aumento do número de instituições que estão se preocupando em entender os motivos da evasão nos cursos superiores. Em 2018, como revela o Gráfico, o nível de conhecimento aumentou significativamente: 88,2% das instituições que oferecem cursos regulamentados totalmente a distância e 76,33% das Instituições que oferecem cursos semipresenciais conhecem os motivos de evasão. Compreender os motivos que levam os estudantes a desistirem dos cursos tem relevância para os estudos sobre a evasão, uma vez que permite as Instituições realizar uma avaliação para retomada de estratégias para a permanência e conclusão dos cursos.

3 O ESTADO DO CONHECIMENTO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA

Nesta seção apresentamos a metodologia utilizada para esta pesquisa denominada “Estado do Conhecimento”, assim como o banco de dados que utilizamos em nossos estudos. Consideramos os trabalhos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD) promovidos pela Associação Universidade em Rede (UNIREDE). Como critério do recorte desta pesquisa, escolhemos um período de 9 edições do evento (2010 a 2018) que abarca concomitantemente ao período de reavaliação do Plano Nacional de Educação e com a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que intensificou as políticas para a Educação Superior, em especial a Educação a Distância. Esse documento ajudou a legitimar a EaD após a promulgação da LDBEN que já fazia menção a esta modalidade na Educação Superior.

3.1. O Estado da Arte e o Estado do Conhecimento

Com a realização de Congressos e Eventos em Educação no Brasil e, conseqüentemente, o aumento da produção científica, os estudos denominados “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” começaram a surgir apresentando um crescimento significativo no meio acadêmico. Esse tipo de pesquisa é relativamente recente no Brasil, sendo uma prática de investigação comum nos países desenvolvidos (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p. 54). Traduzida do inglês *Tate of the art*, que significa diagnóstico de algo, as pesquisas do tipo Estado da Arte surgiram efetivamente com o início de publicações no Brasil, na década de 1990, com relevância no âmbito científico.

De acordo com Soares e Maciel (2000), as pesquisas do tipo Estado da Arte [...] são, sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo podem conduzir à plena compreensão ou totalidade do estado atingido pelo conhecimento a respeito de

determinado tema - sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas (SOARES, MACIEL, 2000, p. 4).

Esse tipo de pesquisa possui como característica o mapeamento de produções acadêmicas nas mais diversas áreas do conhecimento, as quais são realizadas com o intuito de verificar em quais dimensões e condições as dissertações, teses, publicações em periódicos, comunicações em anais, congressos e seminários vem sendo realizadas nas diferentes épocas e lugares (FERREIRA, 2002, p. 258).

Uma das primeiras pesquisas desse tipo foi realizada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como descreve Teixeira (2006, p. 77):

No final dos anos 90, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), por meio do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped), viabilizou a realização de seis estados do conhecimento, quatro deles pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), sobre os temas Alfabetização, Educação infantil, Formação de professores e Educação Superior. A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) encarregou-se do estudo sobre Políticas e Gestão da Educação, e a Fundação Carlos Chagas (FCC), deste que agora vem a lume: Avaliação na Educação Básica.

Nesse sentido, o Estado da Arte investiga os conteúdos de um determinado assunto, dentro de um espaço temporal nas mais variadas fontes e documentos acerca do tema. Partindo desse pressuposto, a metodologia desta pesquisa será baseada nos estudos de Romanowski e Ens (2006, p. 144) que afirmam que esse tipo de pesquisa tem objetivo de mapear e discutir uma certa produção acadêmica:

Os objetivos favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores.

Porém, ainda há muitas controvérsias entre os autores que estudam esse tipo de pesquisa em relação a sua nomenclatura. Alguns dizem que “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento” são sinônimos, enquanto outros autores apresentam as definições de acordo com as questões investigativas e os documentos a serem analisados.

Romanowski e Ens (2006) apontam que “os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39). O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado “Estado do Conhecimento” (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Sendo assim, para essa pesquisa utilizamos o tipo “Estado do Conhecimento”, uma vez que o mapeamento foi realizado apenas com os títulos e palavras-chave dos trabalhos publicados em anais de um evento específico. Um Estado do Conhecimento pode ser assim compreendido:

[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas [...] (FERREIRA, 2002, p. 257).

Para a realização desta pesquisa, o procedimento metodológico utilizado para selecionar os dados a serem analisados compreendeu o mapeamento dos trabalhos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, disponíveis no site da Associação Universidade em Rede (UNIREDE), especificamente nas edições de 2010 a 2018. O período temporal recortado leva em consideração que a pesquisa é por amostragem, considerando o objetivo proposto para este estudo, que é analisar os motivos que levam os estudantes a desistirem dos cursos e se há preocupação e possíveis estratégias para conter a evasão em cursos de graduação ofertados na modalidade à distância.

Barreto e Pinto (2001, p. 5-6) “[...] afirmam que com o desenvolvimento tecnológico, em especial as novas tecnologias advindas da informática, a seleção de

fontes tem experimentado os bancos de dados disponíveis pelos meios eletrônicos, em que a organização regida por sistemas artificiais possibilita alcance maior do levantamento proposto [...]. Porém, alguns entraves foram observados na pesquisa, pois a ideia inicial era realizar um mapeamento completo, em todas as edições do evento para tornar a pesquisa mais relevante no campo educacional. Entretanto não foi possível pois o material do ano de 2011 estava indisponível para o acesso na página on-line da UNIREDE.

Considerando os dados a serem analisados nesta pesquisa, a amostra constitui-se de 14 trabalhos publicados nos anais das edições do Congresso Brasileiro de Educação Superior a distância de 2010 a 2018.

Além do recorte temporal, fez-se necessária a definição dos termos que serviriam de descritores para a seleção dos trabalhos, relacionando-os com o objeto de estudo. Como o ESUD recebe comumente trabalhos que tratam da Educação a Distância no Ensino Superior, não foi necessário elencar a EaD e a Educação Superior como descritores. O critério utilizado foi analisar o título e as palavras-chave com a presença do descritor “evasão”. Esse descritor foi escolhido para atender o objeto da pesquisa, que selecionou os cursos de graduação, desconsiderando os cursos técnicos e de formação continuada

Vale destacar que, estudantes que optam por esse tipo de pesquisa tem como objetivo conhecer o que já foi estudado e produzido cientificamente sobre determinada temática, mas com o desafio de, a partir disso, divulgar os dados e acrescentar algo novo diante dos resultados obtidos:

Os cenários se modificam, as políticas e as relações sociais se alteram, renovando-se as fontes, formando-se outras e transformando inclusive o ser humano e suas relações sociais, resultando numa ordem universal distinta. Aqui se insere a ideia de finitude versus infinidade, não no aspecto de algo inacabado, realizado de modo parcial, mas objetivando as possibilidades de revisão e de atualização conceituais (TEIXEIRA, 2006, p. 32).

A opção por esse tipo de estudo deu-se por entendermos que a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento nos permite compreender o conhecimento produzido em

determinada área e, também, sistematizar e analisar os trabalhos em um recorte temporal específico.

3.2. Questões Metodológicas

A pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 1999, p. 42).

Para cada pesquisa é necessário um procedimento adequado e, neste trabalho, escolhemos a que se caracteriza como bibliográfica porque consiste em reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta acerca do tema. É a etapa inicial do trabalho ou da pesquisa a ser realizada, com o objetivo de reunir informações e dados que servirão de base teórica para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema.

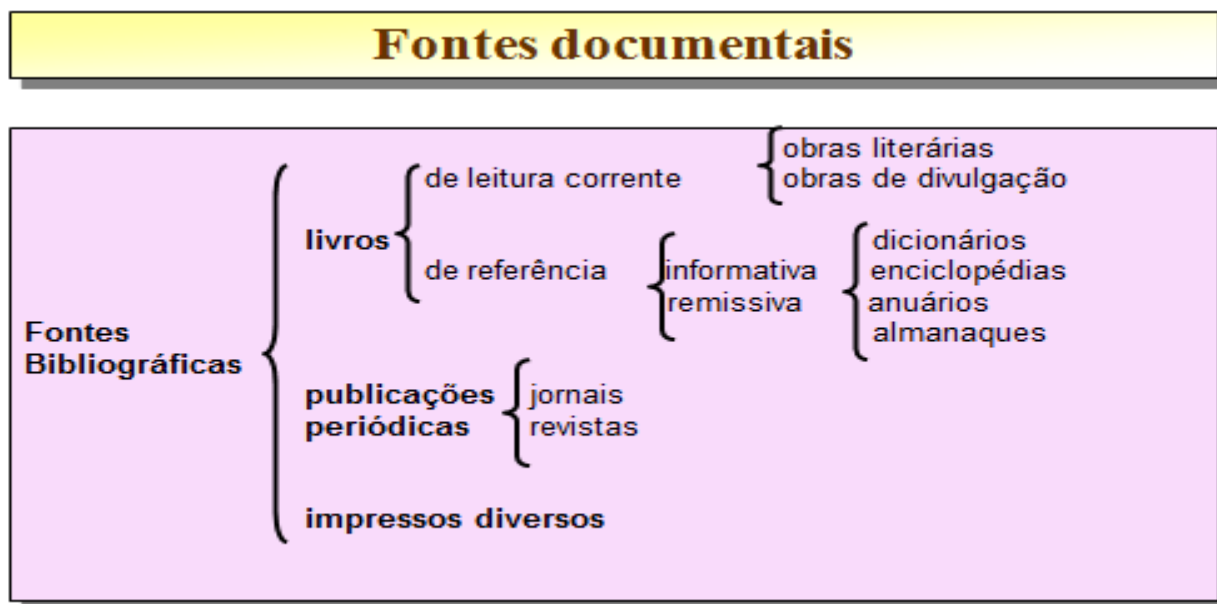
Em relação a esse tipo de pesquisa, Fonseca (2002) argumenta que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...] com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e elenca como principal vantagem no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 1999, p. 47).

Existem inúmeras fontes bibliográficas a serem pesquisadas e são classificadas, segundo o mesmo autor da forma como se apresenta na Figura 3.

Figura 3: Tipos de fontes bibliográficas



Fonte: GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa, 2002.

Em relação aos objetivos, utilizamos a pesquisa exploratória para realizar o levantamento de dados. Este tipo de pesquisa tem a finalidade de esclarecimento, o desenvolvimento e a modificação de ideias e o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1999). Ainda segundo o autor, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto possibilitando uma visão geral de um determinado fato.

Quanto à abordagem, utilizamos a qualitativa cujo objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

As pesquisas qualitativas consideram o aprofundamento da compreensão observando o que de fato está sendo pesquisado como afirmam Bogdan e Biklen (1994, pg. 88):

As pesquisas qualitativas contribuem para se estabelecer relações e conclusões de crucial importância para a educação ou para a sociedade em geral. Acrescentam que, para além dessas questões, é possível observar que determinados temas foram repetidamente estudados, enquanto outros relativamente inexplorados.

Com base nessas informações, podemos caracterizar essa pesquisa como bibliográfica, exploratória e qualitativa do tipo Estado do Conhecimento.

3.3. A UNIREDE e o Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD): concepções históricas

A Associação Universidade em Rede (UNIREDE) é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação a Distância, assim como a divulgação e qualificação dos cursos nas Universidades Associadas definidos o Artigo 4º do seu estatuto:

- a) Desenvolver, mediante parcerias com instituições públicas e privadas, projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados a Educação A Distância;
- b) Promover estudos e pesquisas na área da Educação a Distância e suas relações com a sociedade;
- c) Incentivar e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos relacionados a educação a distância nas mais variadas formas;
- d) Difundir informações, experiências e projetos de Educação a Distância à sociedade;
- e) Promover a interlocução, articulação e interação entre os mais variados setores para a proposição de políticas públicas que visem a democratização do acesso à educação por meio da educação a distância;
- f) Atuar na melhoria dos programas e dos cursos ofertados pelas instituições associadas, no sentido de implementar medidas e padrões de qualidade em educação a distância (UNIREDE, 2016).

No ano de 1999 reuniram-se, na Universidade Federal de Brasília, aproximadamente 30 professores para uma discussão acerca dos desafios para a Educação Superior a Distância no Brasil. Com isso, foi formalizado um Protocolo de

Intenções para criação da Associação, com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil e a logomarca UNIREDE para dar a este novo projeto a ideia de uma universidade em rede (UNIREDE, 2003). O foco da Instituição foi dar início a uma luta por uma política de Estado visando a democratização do acesso à Educação Superior pública, gratuita e de qualidade e com a criação de um processo colaborativo na produção de materiais didáticos e na oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada.

Em 23 de agosto de 2000, os ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações assinaram o Termo de Adesão para efetivação do consórcio reunindo 62 IES entre Universidades Federais, Estaduais e Centros de Educação Tecnológica (CEFET). Neste documento consta que o objetivo da UNIREDE é potencializar a Educação Superior Pública, bem como contribuir no processo de ensino aprendizagem nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura, em todos os níveis e modalidades praticadas nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), por meio da utilização e otimização de recursos humanos, tecnológicos, materiais e de infraestrutura física (SILVA, RIBEIRO; SCHNEIDER, 2006).

Um dos principais objetivos de seus representantes foi a proposição de políticas públicas ao Ministério da Educação por meio de estudos e que deram surgimento de programas importantes no país como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). É uma associação que apresenta uma papel importante na consolidação da educação a distância no Brasil, com três eixos de sustentação para a garantia da qualidade acadêmica dos programas de EaD e, deste modo, com a manutenção de um sistema em rede que no processo de consolidação das políticas públicas para uma Educação a Distância de qualidade de todo o sistema público brasileiro:

Avaliação e acompanhamento de processos e projetos de EaD, junto as instancias do Ministério da Educação;
Organização da Associação UNIREDE com caráter de sociedade científica;
Cooperação e interlocução inter-institucional visando contribuir com políticas públicas e com a filosofia do trabalho em rede (UNIREDE, 2016).

Dados disponibilizados na página da UNIREDE, no início de 2020, indica o número de 66 Instituições públicas consorciadas. Vale ressaltar que a UNIREDE é constituída pelos seus associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- Fundadores: os que participaram da Ata de Constituição da UNIREDE;
- Institucionais: Instituições Públicas de Ensino Superior;
- Associados colaboradores: pessoas físicas que desempenham atividade de ensino, pesquisa e extensão em EaD, vinculadas a Instituições Públicas de Ensino Superior.

É importante destacar que ações da UNIREDE contribuíram no processo de reconhecimento da EaD no cenário educacional superior por meio da sua organização institucional em rede. Como parte de seus objetivos e propostas, a Instituição organiza e realiza anualmente o Congresso Brasileiro de Educação Superior à Distância (ESUD), apresentando pesquisas relacionadas a modalidade no Brasil, o que justifica a nossa escolha. Esse evento foi concebido não apenas para que os envolvidos diretos com a modalidade à distância oportunizem momentos de discussão e de reflexão sobre os procedimentos educacionais dos quais fazem parte, mas também para servir de ferramenta social capaz de traçar novos rumos, de rever modelos de EaD, de debater políticas na conversão de uma educação mais acessível e democratizada (MAROSTI, 2015, p. 37).

Com a finalidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico da Educação a Distância, o ESUD tem contribuído na discussão e consolidação da modalidade por meio dos estudos e pesquisas que são apresentados no evento.

São objetivos do evento:

- a) Promover e incentivar a pesquisa acadêmica na área da Educação a Distância (EaD) no Brasil;
- b) Proporcionar a troca de experiências entre instituições e pesquisadores sobre a modalidade a distância;

- c) Divulgar trabalhos acadêmicos nas temáticas do evento;
- d) Contribuir para a consolidação da Política Nacional de Educação no Brasil com ênfase na modalidade a distância.

É importante ressaltar que a contextualização histórica sobre a Associação Universidade em Rede e sobre o Congresso Brasileiro de Educação Superior a Distância foram extraídos da página virtual da UNIREDE.

A primeira edição do evento foi realizada no ano de 2002 na cidade de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro e, desde então, oferece um excelente espaço de discussão acadêmica apresentando temáticas pertinentes a EaD. No quadro 3 podemos observar as temáticas referente as edições que compõem o recorte temporal desta pesquisa.

Quadro 3: Edições do Congresso Brasileiro de Educação a Distância (2010-2018)

Ano	Sede do Evento	Temática
2010	Cuiabá-MT	A EaD e sua institucionalização: reflexões e processos.
2011	Ouro Preto-MG	A EaD e a transformação da realidade brasileira.
2012	Recife-PE	Educação a Distância: Semeando Cidadania
2013	Belém-PA	EaD rompendo fronteiras
2014	Florianópolis-SC	Pesquisa em EaD: reflexões sobre teoria e prática.
2015	Salvador-BA	Cultura Digital e Inovação: tecnologia educacional e dispositivos móveis.
2016	São João Del Rei-MG	Humanismo, Tecnologias e Políticas em EaD.
2017	Rio Grande-RS	Caminhos da autoria e criatividade em EaD.
2018	Natal-RN	Educação em Rede: construindo uma ecologia para a cultura digital.

Fonte: UNIREDE; elaborado pela autora, 2019.

Em todas as edições, o ESUD tem contribuído na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da Educação a Distância no Brasil e principalmente na consolidação da modalidade no Brasil desde a criação da UNIREDE. Pode-se observar que as temáticas são sempre relevantes assim como os trabalhos apresentados.

3.4. Caminhos para a construção do Estado do Conhecimento

Considerando que o objetivo desta pesquisa é construir um Estado do Conhecimento sobre a evasão nos cursos de graduação ofertados na modalidade a distância em Instituições Públicas, a investigação foi realizada nos anais do Congresso Brasileiro de Educação a Distância (ESUD) em 9 edições, no período de 2010 a 2018.

O primeiro passo da pesquisa foi uma busca dos trabalhos publicados e disponíveis no site da UNIREDE, instituição organizadora do evento entre 2010-2018 com o descritor “evasão” no título e palavras-chave. Desta pesquisa foram encontrados 27 trabalhos.

Na segunda etapa realizamos a leitura dos títulos, resumos e palavras chave dos trabalhos, que permitiu apreciar o nível de ensino que tratava o estudo assim como o objeto de estudo e seus objetivos. Essa leitura é considerada o momento fundamental da pesquisa, pois conseguimos compreender os principais elementos dos trabalhos e algumas estratégias para a melhoria da qualidade na EaD.

No terceiro momento selecionamos apenas os trabalhos que tinham como foco os cursos de graduação, desconsiderando os cursos técnicos e de formação continuada o que resultou em 14 trabalhos. Com esse mapeamento é de suma importância destacar que, compreender o que a academia estuda por meio dos trabalhos apresentados neste evento favorece a disseminação, valorização e uma visão mais abrangente de qualidade na EaD, reavaliando ações para efetiva mudança no cenário educacional brasileiro.

A partir disso, as informações foram sistematizadas e organizadas em uma listagem no formato de tabela para permitir uma visão macro dos trabalhos, bem como uma classificação temporal, subdivididos nas edições do evento.

No quadro 4 apresentamos os trabalhos utilizados nesta pesquisa com os títulos, resumos, palavras-chave, autores e suas instituições, subdivididos nas edições anuais do evento.

Quadro 4: Trabalhos Mapeados por título e palavras-chave considerando o descritor “evasão” nos cursos de graduação publicados nos anais do ESUD (2010-2018)

EDIÇÃO/ ANO	TÍTULO	PALAVRAS- CHAVE	AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO(ÕES)
VII/2010	Análise da evasão na EaD: enfoque sobre a gestão do curso piloto de administração da UAB.		Amanda Ferreira Aboud de Andrade	Universidade Estadual do Maranhão
X/2013	Por que eles desistem? Estudos sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância	Formação de Professores, Desistência, Ensino Superior, Educação a Distância, Gestão educacional.	Ronei Ximenes Martins, Telsuita Laudomira Pereira Santos, Elaine das Graças Frade, Luciana Batista Serafim.	Universidade Federal de Lavras
	Evasão escolar nos cursos de graduação a distância	Educação a Distância, Evasão Escolar, Universidade Aberta do Brasil, UAB.	Priscila Rezende Moreira, Larissa Generoso Lott Gloria, Wagner José Corradi Barbosa, Celso Godinho da Costa, Rosilene Oliveira de Carvalho, Gelson Assis Viveiro	Universidade Federal de Minas Gerais

EDIÇÃO/ ANO	TÍTULO	PALAVRAS- CHAVE	AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO(ÕES)
	Evasão escolar: acompanhamento e estratégias pedagógicas e gerenciais e comportamentais de minimização de suas taxas	Gestão Acadêmica, Evasão, Estratégias pedagógicas	Charles Lelpo Mourão, Jones Baroni Ferreira de Menezes, Eloisa Maia Vidal, Germana Costa Paixão, José Nelson Arruda Filho	Universidade Estadual do Ceará
	Fatores que afetam a permanência dos discentes nos cursos de graduação a distância: um estudo na UNILAB	Permanência, persistência, Evasão, EaD, PNAP	Teresa Cristina Janes Carneiro, Maria Aparecida da Silva, Fabiana Pinto de Almeida Bizarria	Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Universidade de Fortaleza
	A evasão no curso de Física licenciatura a distância da UNIFEI na perspectiva dos tutores.	Física, Licenciatura a Distância, Tutores, Evasão, EaD.	Carlos Eduardo Corrêa Molina, João Carlos da Rosa, José Gilberto da Silva	Universidade Federal de Itajubá
	A evasão no curso de licenciatura em Ciências Biológicas a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.	Educação a Distância, Evasão, Ciências Biológicas.	Lilian Giotto Zaros, Rute Alves de Sousa, Henrique Rocha de Medeiros	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
XI/2014	Educação a Distância: as causas da evasão, os não lugares e suas manifestações.	Educação a Distância. Evasão. Não lugares.	Wanderléa Pereira Damásio Maurício, Eliane Schlemmer.	Universidade do Vale do Rio dos Sinos / RS
	Fatores de evasão e persistência em cursos superiores online	Evasão, persistência, educação online, universidade.	Wilsa Maria Ramos	Universidade de Brasília

EDIÇÃO/ ANO	TÍTULO	PALAVRAS- CHAVE	AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO(ÕES)
	Evasão Discente na EaD: percepções do papel do tutor em uma instituição de Ensino Superior	Tutor, Percepções, Evasão Discente	Fabiana Pinto de Almeida Bizarria, Maria Aparecida da Silva, Teresa Cristina Janes Carneiro	Universidade de Fortaleza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Universidade Federal do Espírito Santo
	Nenhum a menos: o problema da evasão na educação a distância	Evasão, Educação a Distância, metodologia de ensino a distância.	José Renato Gomes de Oliveira	Instituto Anísio Teixeira
XIII/2016	Educação a Distância: evasão no curso de bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão em Barra Corda (MA)	Educação a distância, Evasão, Motivação.	Luiz Carlos Rodrigues da Silva, Eliana Viterbia Mota	Universidade Aberta do Brasil/ UEMANET
	Possíveis influências da falta de bagagem matemática dos estudantes na insatisfação e evasão em um curso de licenciatura em Matemática na modalidade a distância	Cursos a Distância, Evasão Escolar, Ensino Superior, Matemática	Everton Luiz de Paula, Ricardo Nogueira, Alessandro Caldeira Alves	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
	Evasão no curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB / UNEMAT	Educação à Distância, Evasão, Administração Pública	Fernando Thiago, Thaís Cristina Santos Lima, Francisco Mirialdo Chaves Trigueiro.	Universidade do Mato Grosso

Fonte: UNIREDE, 2019.

Ressaltamos que na tabela estão apresentados os 14 trabalhos utilizados na pesquisa. Desconsideramos na tabela o ano de 2011, 2012, 2015 e 2018. Não foi possível realizar consulta digital no site para os trabalhos apresentados no evento no ano de 2011. As edições dos anos de 2012, 2015 e 2018 não apresentaram pesquisas relativas ao objeto dessa pesquisa.

4. ANÁLISE DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO ESUD DE 2010 A 2018

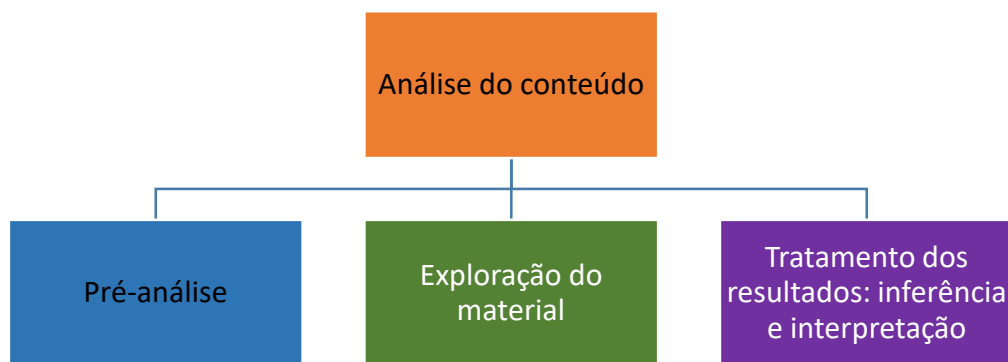
Nesta seção apresentamos a análise dos trabalhos publicados e selecionados nos anais do Congresso Brasileiro de Educação a Distância que compreende os anos de 2010 a 2018. O objetivo é verificar os motivos que levam estudantes dos cursos de graduação ofertados a distância evadirem.

Para isso, utilizamos a análise do conteúdo para a interpretação dos dados da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 47), o termo análise de conteúdo designa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2011) indica que a utilização da análise de conteúdo envolve três etapas que estão apresentadas na figura:

Figura 4: Fases da Análise do Conteúdo



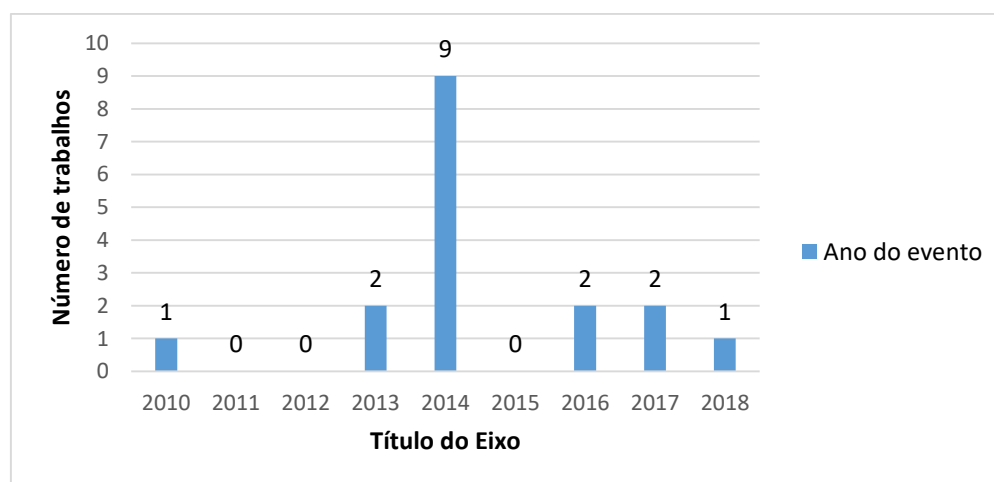
Fonte: Bardin, (2011, p. 46).

A primeira fase (pré-análise) corresponde a organização, com procedimentos definidos, por meio do primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, com a escolha deles, hipóteses e objetivos. Na segunda fase (exploração do material), é realizada a leitura do material e sua organização que pode ser dividida ou não em categorias, a fim de facilitar o entendimento do que está sendo pesquisado. A terceira e última fase (tratamento de resultados: inferência e interpretação), se apoia nos resultados brutos. O pesquisador deve ir além do conteúdo manifesto dos documentos, interpretando os resultados e realizando uma fundamentação relacionada a teoria utilizada.

Nesse sentido, a pesquisa foi dividida em etapas em que, num primeiro momento, buscamos os trabalhos que tinham o termo “evasão” no título e palavras-chave. A segunda etapa consistiu em verificar apenas os trabalhos que tinham cursos de graduação como foco. Ao realizarmos a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados, buscamos agrupá-los em categorias de motivos para a evasão em destaque no gráfico: (1) motivos pessoais; (2) motivos institucionais; e (3) motivos tecnológicos.

Ao analisarmos os trabalhos sobre a EaD e evasão, verificamos que a temática ainda apresenta poucos trabalhos apresentados no evento, destacando-se o ano de 2014 com um número mais significativo de trabalhos sobre o assunto, como mostra o gráfico 6:

Gráfico 6: Número de artigos publicados anualmente no Esud



Fonte: UNIREDE; Elaborado pela autora, 2019.

Para melhor exposição dos trabalhos selecionados nesta pesquisa, apresentamos no quadro a seguir os 14 artigos enumerados para melhor compreensão e sem a necessidade de citá-los pelos títulos no decorrer da análise, se referindo aos mesmos pelo seu número.

Quadro 5: Organização dos artigos por número

1	Análise da evasão na EaD: enfoque sobre a gestão do curso piloto de administração da UAB.
2	Por que eles desistem? Estudos sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância.
3	A evasão no curso de Física licenciatura a distância da UNIFEI na perspectiva dos tutores.
4	A evasão no curso de licenciatura em Ciências Biológicas a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN.
5	Educação a Distância: as causas da evasão, os não lugares e suas manifestações.
6	Fatores de evasão e persistência em cursos superiores
7	Nenhum a menos: o problema da evasão na educação a distância
8	Educação a Distância: evasão no curso de bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão em Barra Corda (MA)
9	Possíveis influências da falta de bagagem matemática dos estudantes na insatisfação e evasão em um curso de licenciatura em Matemática na modalidade a distância
10	Evasão no curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB / UNEMAT
11	Evasão Discente na EaD: percepções do papel do tutor em uma Instituição de Ensino Superior.
12	Fatores que afetam a permanência dos discentes em cursos de graduação a distância: um estudo na UNILAB
13	Evasão Escolar nos cursos de graduação a distância
14	Evasão Escolar: acompanhamento estratégias pedagógicas e gerenciais e comportamentais de minimização de suas taxas

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

4.1. Categoria: Motivos Pessoais

A primeira categoria de análise intitulada motivos pessoais é composta por seis trabalhos identificados pelos números 2, 3,4,5,7 e 10. Esses artigos apresentam dentro do contexto da EaD, os motivos pessoais que levam estudantes a evadirem de seus cursos de graduação ofertados a distância em Instituições Públicas.

Iniciamos a análise pelo artigo “Porque eles desistem: estudos sobre a evasão em cursos de licenciatura a distância, de autoria de Ronei Ximenes Martins, Telsuíta Laudomira Pereira Santos, Elaine das Graças Fraude e Luciana Batista Serafim, vinculados a Universidade Estadual de Lavras, que tem como objetivo identificar fatores motivadores de evasão em cursos de licenciatura ofertado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Os autores apresentam a problemática da evasão no cenário educacional por meio de uma pesquisa qualitativa em uma Universidade Pública de Minas Gerais.

Os autores utilizaram os estudos de Abbad, Zerbini e Souza (2010) para entender a evasão como um processo frequente e crescente em cursos a distância com pouca pesquisa, analisando a produção bibliográfica sobre a educação a distância no Brasil:

Na revisão, um dos itens investigados foi a evasão em EaD. Abbad, Zerbini e Souza (2010) apresentam como conclusão desse tópico, que as pesquisas apontam para um agrupamento do fenômeno em duas categorias: fatores ligados ao aluno e seu contexto e fatores ligados ao desenho do curso (MARTINS, et. al., 2013, p. 5)

Para isso, os autores realizaram uma entrevista semiestruturada com alunos evadidos dos cursos de Letras-Português, Letras-Inglês, Filosofia e Pedagogia.

Os autores utilizaram os dados do Censo 2010 (INEP, 2011) que indicavam que os estudantes dos cursos a distância possuíam, em média, 33 anos de idade e que apenas 25% deles tinham até 26 anos, faixa etária predominante na educação presencial. Os dados dos desistentes estão de acordo com o perfil etário característico dos estudantes na modalidade EaD e, portanto, não há evidência de que exista fator

específico, tal como imaturidade ou proximidade com o período de aposentadoria, que relacione esta variável com a evasão (MARTINS; et. al., 2013, p. 9).

Os autores pontuam que a pesquisa relacionada ao tema evasão ainda se concentra apenas nos seminários e congressos da educação, o que possibilita discussões entre os pares, mas não de forma aprofundada para proporcionar subsídios no desenvolvimento de estratégias gestoras para sistemas de educação a distância.

A partir das respostas encontradas na pesquisa foi possível analisar que a evasão é um fenômeno multifatorial mais relacionado as questões pessoais, inadequação de expectativas e a indisponibilidade para estudar que relacionado aos elementos que compõem o desenho, a oferta e a qualidade do curso. Segundo os autores, esses dados indicam que os estudantes procuram os cursos a distância fazendo uma relação ao senso comum de que EaD é para quem não tem tempo de estudar e exige menos que a educação presencial.

O trabalho “A evasão no curso de Física licenciatura a distância da UNIFEI na perspectiva dos tutores” de autoria de Carlos Eduardo Correia Molina, João Carlos da Rosa e José Gilberto da Silva da Universidade Federal de Itajubá, tem como objetivo analisar as causas que tem levado os alunos a evasão na perspectiva dos tutores.

Os autores apontam a educação a distância como uma excelente alternativa para a formação de docentes, onde o tutor tem um papel fundamental para o bom desenvolvimento do curso, pois é ele que atua diretamente com os alunos, na mediação destes com o professor. Os autores afirmam que a função do tutor vai muito além de lembrar os alunos das atividades ou provas. O tutor é, na verdade, um incentivador que dispõe de meios para que os alunos possam seguir durante o curso intermediando toda relação que existe entre professor, IES e aluno.

Outro fator importante sinalizado pelos autores se refere a evasão na EaD como um demérito na qualidade da oferta. A pesquisa se embasa nos estudos de Fávero (2006) que discute a problemática da evasão, apontando que os fatores deste fenômeno contemplam problemas pessoais, fatores relacionados a metodologia do curso até fatores como distância do polo entre outros. Os autores defendem que a EaD não pode ser vista apenas como um paliativo para a educação presencial e, tampouco,

como substituta dela, mas sim como uma modalidade de ensino que embora relativamente nova está em constante crescimento nas universidades.

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário, levando em consideração a experiência e tempo de trabalho dos tutores da UNIFEI. De acordo com os dados obtidos os autores demonstram que os fatores que mais pesam para a desistência do curso, na perspectiva dos tutores, estão relacionados a falta de tempo ou de organização para dedicar-se ao curso e dificuldade de adaptação com a modalidade a distância.

Os autores citaram que um dos tutores entrevistados relatou que os alunos pensam que os cursos a distância são mais fáceis que o presencial e, em função disto, quando se deparam com a realidade percebem que o curso a distância também apresenta suas particularidades e dificuldades

Diante dos resultados da pesquisa, podemos afirmar que a evasão infelizmente é um assunto pouco abordado em pesquisa científica, mas que na prática acontece de forma veemente. Porém, mesmo com a oportunidade de flexibilizar horários e espaço físico, ainda apresenta resistência e preconceito por parte dos alunos que ingressam nos cursos com a ideia de que seria mais fácil que o ensino presencial. Assim como os cursos presenciais, acreditamos que a EaD também tem sua organização e objetivos a serem cumpridos e para que isso aconteça de forma satisfatória precisa de dedicação dos estudantes, o que demanda tempo e organização para o estudo.

O terceiro trabalho desta categoria se intitula “A evasão no curso de licenciatura em Ciências Biológicas a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte–UFPR” de Lilian Giotto Zaros, Rute Alves de Sousa e Henrique Rocha de Medeiros. O objetivo do trabalho foi identificar os índices de evasão, o perfil dos alunos evadidos e as causas da evasão dos alunos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas a Distância

Os autores tratam do crescimento da EaD na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da importância do aumento no nível de escolarização da população. Porém sinalizam o número expressivo de alunos que ingressam, mas que não concluem os cursos, compartilhando assim como outras Universidades, um alto índice de evasão mesmo com grande potencial de desenvolvimento e demanda pela

modalidade. Para tratar da evasão, os autores explicam o fenômeno como um movimento de desistência do aluno depois de matriculado ou que não apresenta frequência de aulas no decorrer do curso.

Embora o trabalho aponte resultados relacionados a índices de evasão e perfil dos evadidos, recorreremos apenas para os motivos que levam os alunos a evasão, objeto de estudo desta pesquisa. Para entender esse processo, os autores citam Santos e Oliveira Netto (2009) que estudaram a evasão em um curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública e que, como resultado, observaram que a evasão se dá em maior parte do primeiro ano do curso, ancorado na pesquisa de Otero (2008) que afirma que falta motivação intrínseca para aprendizagem autônoma nesse período inicial.

O texto faz menção a dificuldade que os alunos têm em se adaptar a modalidade a distância, em relação a autonomia e organização de estudos. É fato que a EaD vem para suprir uma necessidade de expansão da Educação Superior e atender novas demandas educacionais decorrentes das mudanças causadas pela globalização, demonstrando aumento considerável no número de matrículas de acordo com os dados do Censo da Educação Superior apresentados pelos autores, porém ainda enfrenta um alto índice de evasão, que tem os mais variados motivos, mas que de acordo com esse trabalho, se relaciona mais com motivos pessoais.

Na sequência analisamos o trabalho “Educação a Distância: as causas da evasão, os não lugares e suas manifestações de Wanderléa Pereira Damásio Maurício e Eiane Schlemmer, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul, que teve como objetivo conhecer os principais fatores que contribuem para a evasão na EaD e aprofundar discussões para compreender suas causas.

O texto faz uma reflexão sobre a EaD e as novas necessidades da sociedade, onde os alunos buscam nos estudos, preparação para o trabalho, com a ideia de estar fisicamente num mesmo tempo e num mesmo espaço (SCHLEMMER, 2009, p. 51). Os autores reforçam que a EaD deve manter a presença relacional que implica mais do que presença física, corpórea, pois se ocupa fundamentalmente do aspecto relacional, ou seja, que acontece nas relações, nas interações, sejam elas geograficamente localizadas ou dispersas nos diferentes meios online (MAURÍCIO;

SCHLEMMER, 2014, p. 6). Diante disso, os autores apresentam dados do Censo da Educação Superior a Distância (ABED) de 2010, que mostra 21,1% de evasão na EaD nas Instituições Públicas. Esses dados mostram que mesmo com o número expressivo de matrículas nos cursos, a evasão é ainda um grande desafio da Educação Superior.

Nesse sentido, os autores apresentam as seguintes indagações: o que leva os sujeitos a se matricularem e não darem continuidade aos seus estudos na EaD? O que significa presença? Tempo? Espaços? Não lugares? A falta de tempo pode ser um fator que corrobora a desistência nos Cursos de EaD? O que seria essa falta de tempo? Muitas atividades no dia-a-dia? Ausência de organização na vida dos sujeitos?

Na tentativa de responder essas questões, os autores realizam uma reflexão a respeito de tempo e lugar. Baseando-se nos estudos de Levy (1996), Santos (2013) e Augê (1994), é possível organizar os pensamentos dos autores citando Paulo Freire que assim define esse contexto:

[...] os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Essa mediação já não exige necessariamente um espaço presencial físico, mas espaços de aprendizagem coletivos em ambientes presenciais físicos, online, ou ainda, híbridos (FREIRE, 2005. p. 78).

Dessa forma, a modalidade a distância corrobora com a fala de Freire (2005), pois proporciona o conhecimento levando em consideração as novas necessidades de uma sociedade tecnológica. Os autores elencam e citam algumas dissertações e teses relacionadas e evasão na EaD buscando entender os motivos para que os estudantes desistam dos cursos. Os motivos são os mais diversos, tais como dificuldade em lidar com a falta de companheiros presenciais, infraestrutura, falta de apoio acadêmico e problemas com tecnologia. Porém, os motivos que aparecem com maior frequência e percentual nas pesquisas elencadas são problemas pessoais como falta de tempo, desmotivação e dificuldade em lidar com um curso a distância.

Diante dos resultados da pesquisa, os autores mostraram preocupação em relação as estratégias para diminuir as taxas de evasão e apresentaram uma sugestão de discutir conceitos e definições no início do curso, o que pode fazer o acadêmico

repensar sua organização e superar suas dificuldades ao adentrar na modalidade a distância. Esse apoio inicial se faz importante para que os estudantes tenham clareza do processo, evitando frustrações e desmotivações que podem levar a desistência do curso.

O artigo “Nenhum a menos: o problema da evasão na educação a distância” de José Renato Gomes de Oliveira do Instituto Anísio Teixeira teve como objetivo realizar uma explanação conceitual sobre as causas da evasão nos cursos ofertados a distância.

O autor faz menção a importância da EaD no cenário educacional brasileiro, conceituando-a historicamente. Nesse sentido, embora haja necessidade desta forma de educação nesse mundo tão tecnológico, ele pontua que ainda há rejeição entre a educação formal e tradicional e a aceitação ou compromisso com a aprendizagem virtual (OLIVEIRA, 2014, p. 2). O autor aponta que os motivos que levam a evasão na Educação Superior a distância estão relacionados com a falta de tempo, falta de autonomia, falta de conhecimento virtual e desmotivação.

Desta forma, é fato que o modelo que a educação a distância utiliza para os estudos envolve a autonomia do estudante, sendo umas das principais características para o estudo nessa modalidade de ensino. É importante destacar que embora haja flexibilidade de tempo e espaço para os estudos, é imprescindível a organização acadêmica para que não tenha interferência desfavorável na qualidade da aprendizagem. Fundamentado nas considerações do autor, podemos citar Pretti (2000) que faz uma reflexão acerca dessa autonomia que o aluno precisa ter para optar pela modalidade a distância:

Pode-se dizer que o “calcanhar de Aquiles” na educação a distância é a situação de aprendizagem individual. O estudar sem a presença regular de colegas e professores desafia o cursista a superar suas limitações pessoais e desenvolver sua capacidade de aprender autonomamente, de aprender a aprender. Esse processo exige envolvimento tanto da instituição como do cursista inscrito. A instituição coloca à disposição do Cursista todo o seu sistema (recursos humanos materiais, redes de comunicação) para dar suporte à caminhada. Por outro lado, o cursista deve mergulhar, assumindo para si, também a responsabilidade de sua formação [...] (PRETI, 2000, p. 164).

A questão é que muitos alunos que procuram a educação a distância parecem não estar preparados para lidar com esse modelo de ensino, principalmente para responder aos desafios necessários que a modalidade a distância exige. Quando adentra ao curso, o aluno assume para si a responsabilidade de sua formação, tendo como suporte alguns componentes materiais e humanos pensados e planejados, acompanhados e avaliados para que ele tenha a possibilidade de construir essa autonomia durante o processo (OLIVEIRA, 2014, p. 7). Segundo o autor, essa perspectiva coloca o aluno como sujeito, autor e condutor de seu processo de formação, apropriação, reelaboração e construção do conhecimento.

Ao finalizar, o autor destaca o perigo de considerar as taxas de evasão normais ou esperadas, enfatizando que as estratégias para contenção da evasão devem ser focadas no interesse do aluno, que assume esse papel autônomo para aprendizagem.

No artigo “Evasão no curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB/UNEMAT” de Fernando Thiago, Thaís Cristina Santos Lima, Francisco Mirialdo Chaves Trigueiro da Universidade do Estado de Mato Grosso, o objetivo foi identificar os fatores que levaram os alunos a evasão do curso de bacharelado em Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil/UNEMAT.

A pesquisa, de caráter qualitativa, foi realizada por meio de um questionário com alunos evadidos e apresenta nas suas considerações iniciais os conceitos e definições da evasão da Educação Superior e buscam, em pesquisas desenvolvidas, entender como esse processo ocorre, suas causas que direcionaram para essa problemática, afirmando que os motivos podem variar conforme o aluno e a sua subjetividade particular.

Os autores apontam que estudos sobre a temática indicam diversas motivações para a desistência de um curso a distância por questões individuais ou regionais. Dentre os motivos estão cansaço depois de um dia de trabalho; o desinteresse dos alunos; ausência de tempo; condições financeiras adequadas; questões relacionadas à saúde; compromissos familiares; falta de computador em casa etc.

Diante dos motivos elencados, os autores fundamentam a pesquisa afirmando que a educação a distância é uma oportunidade de suprir essas demandas, mas ainda apresenta altas taxas de evasão. Se embasam nos estudos de Oliveira e Silva (2015)

afirmando que o curso a distância atinge e relaciona pessoas de idade distintas, com diferentes tipos de qualificação, níveis de escolaridade e ambientes de estudo, de trabalho, classes sociais, sexo, enfim, permite a troca de informações entre pessoas de diversos níveis de conhecimento. Os autores acreditam que independente da modalidade de ensino o que deve prevalecer é a qualidade na oferta do curso.

Sendo assim, considerando que a modalidade EaD exige uma organização por parte dos alunos, é preciso que estes estejam envolvidos com as atividades disponibilizadas e além disso de tempo para realização das mesmas. A pesquisa mostra que o principal motivo para a evasão no curso a distância é a falta de tempo para realizar as atividades oferecidas, pois isto é uma dificuldade para irem ao polo de apoio presencial para realizar as provas presenciais.

Os artigos referidos nessa categoria evidenciam a importância da Educação a Distância no cenário educacional brasileiro, em especial a Educação Superior, se apresentando com uma oportunidade de estudos, ou seja, uma forma de democratização da educação. Porém, destacam de forma veemente as altas de taxas de evasão que os dados oficiais apontam para a EaD e atribuem aos estudantes e seus motivos pessoais a justificativa a desistência dos cursos. Ressaltamos que nessa categoria de análise, os autores explicam a dificuldade dos alunos na sua adaptação a esta modalidade, cuja qualidade depende do interesse e da forma de organização do tempo de cada aluno, bem como na sua adaptação a um novo contexto de estudos que exige autonomia e motivação do educando.

4.2. Categoria: Motivos Institucionais

Na segunda categoria de análise, na qual elencamos os motivos institucionais para a evasão, apresentamos os trabalhos identificados pelos números 1, 6, 8 e 9, 11 e 14. Os trabalhos apontam os desafios da EaD em relação a organização e apresentação da modalidade nas Instituições de Educação Superior que oferecem a modalidade a distância.

Iniciamos a análise pela pesquisa intitulada “Análise da evasão na EaD: enfoque sobre a gestão do curso piloto de administração da UAB” de Amanda Ferreira About de Andrade da Universidade Estadual do Maranhão que teve como objetivo analisar a evasão dentro do curso de administração e a intenção de saber como a gestão desse curso interfere e influencia esse fenômeno.

A autora, no primeiro momento, apresenta os fundamentos históricos e legais da educação a distância por meio de uma revisão de literatura e de documentos. Contudo, para atingir os objetivos da pesquisa, utiliza um questionário que foi aplicado aos coordenadores do curso.

Na sua explanação sobre os conceitos e desdobramentos da EaD, a autora aponta a importância do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no processo de democratização e expansão da modalidade, com um aumento expressivo no número de vagas nas IES. Em contrapartida, como em diversos cursos superiores, os índices de evasão aparecem como entraves e a falta de dados dificulta o diagnóstico real da situação, desfavorecendo ações efetivas para a resolução dessa questão.

Diante das particularidades da EaD e a busca pela permanência do aluno no curso, a autora explica o processo de evasão, considerando que o diálogo é o principal instrumento para a permanência do aluno o curso a distância, que deve ser acompanhado pela identificação das necessidades do alunos e facilitação do seu acesso a estrutura do curso, virtual e física.

Diante disso, apresenta outros estudos que mostram possíveis causas do abandono, sejam ela relativas ao curso, ao aluno ou ambos, uma vez que a evasão pode ser ocasionada por um conjunto de fatores. Na tentativa de entender como esse processo ocorre, a autora realiza sua pesquisa por meio de uma revisão de literatura, no curso de Administração da Universidade Aberta do Brasil, por meio de três dimensões: estrutura, diálogo e autonomia.

O resultado de sua pesquisa aponta que os alunos estão despreparados para estudar a distância e que o suporte institucional se mostra insuficiente, com estrutura de apoio deficitária. No entendimento da autora, para que ocorra reorganização estrutural da EaD, é necessária sua institucionalização nas Universidades Públicas, deixando os cursos de se organizarem separadamente para se aproximarem da

estrutura e iniciarem o processo de desmitificação e reconhecimento dessa modalidade.

A autora Wilsa Maria Ramos teve como objetivo na sua pesquisa “Fatores de evasão e persistência em cursos superiores” identificar os fatores de evasão e persistência em cursos superiores online a partir de pesquisas publicadas em revistas internacionais no período de 2007-2011.

A autora faz uma breve reflexão a respeito da expansão dos cursos online e das tecnologias de informação e comunicação, mas relaciona esse fator a índices consideráveis de evasão nos cursos superiores, buscando entender quais são os motivos que levam os estudantes a desistirem, mas também a persistirem nos cursos. Ramos (2014, p. 2) embasou sua pesquisa na perspectiva de que a evasão e a persistência no Ensino Superior online são fenômenos multidimensionais que não se restringem as ações do estudante, mas que envolvem um conjunto de fatores de naturezas distintas incluindo as características individuais dos estudantes, os aspectos relacionados ao desenho do curso e os fatores do ambiente da instituição.

Para entender esse processo de evasão e persistência, a autora utilizou o Modelo de Composição de persistência de Rovai (2003) que é utilizado para analisar a evasão em cursos online, a partir de duas categorias prévias (idade, etnia, gênero, desenvolvimento intelectual, rendimento acadêmico letramento digita, informacional, administração do tempo, leitura e escrita) e duas categorias posteriores a entrada do aluno no curso (finanças, horas de trabalho, falta de incentivo, integração acadêmica, social, autoestima, relações interpessoais, hábitos de estudos, etc.).

Após a discussão sobre a temática, a autora aponta para os resultados do estudo e explica que as ações de promoção da persistência são de responsabilidade dos diversos atores da modalidade, ou seja, do diretor, professor, tutor, coordenador, secretaria de curso, gestor de polo, apoio no polo, etc. e que a evasão pode ser minimizada a partir de formas distintas, o que oportuniza um grande impacto na qualidade do ensino e aprendizagem (RAMOS, 2014, p. 13).

Outro fator importante a ser observado na revisão de literatura é que a predominância dos estudos nessa temática é de cunho quantitativo e poucos estudos com metodologia qualitativa (28%).

A autora, em suas considerações finais, enfatiza e recomenda que o fenômeno evasão precisa de mais atenção e estudos, com revisão de literatura e maior número pesquisas qualitativas, reforçando dados descritivos e exploratórios sobre evasão e persistência em cursos de graduação online que abranjam as metodologias e as práticas de ensino a distância.

Na pesquisa de número 8 intitulada “Educação a Distância: evasão no curso de bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão Barra Corda (MA), os autores Luiz Carlos Rodrigues da Silva e Eliana Viterbia Mota analisaram os fatores determinantes para a evasão no curso de Bacharelado em Administração.

Os autores iniciam a pesquisa pontuando a importância da educação a distância e sua expansão no país e enfatizam que a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) é uma das Instituições públicas que mais expandiu a oferta de cursos nessa modalidade:

A Educação a Distância (EaD) tem se tornado um tema de investigação em amplo crescimento nas discussões acadêmicas, levando em consideração sua inserção em inúmeros espaços sociais. A utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) tem contribuído decisivamente para a popularização e uma rápida expansão dessa modalidade de ensino pelo Brasil e mundo (SILVA; MOTA, 2016, p. 3).

Todavia, os autores sinalizam que mesmo com grande expansão da EaD, as taxas de evasão também aparecem de forma significativa. A evasão universitária tem se caracterizado como uma realidade recorrente no âmbito do ensino de graduação em várias partes do mundo. Os autores afirmam que no caso dos cursos à distância, os índices de evasão são exponencialmente maiores do que nos cursos presenciais.

Sendo assim, os autores utilizaram um questionário fechado que foi aplicado aos alunos do curso para compreensão do fenômeno evasão. Como os participantes da pesquisa são os alunos matriculados, os autores fizeram uma espécie de análise de possíveis motivos que podem levar a evasão, uma vez que o questionário não foi respondido por alunos evadidos.

Os autores apontam que de acordo com os resultados da pesquisa, 35% dos alunos relataram que tem dificuldade na interação com o tutor presencial. Desta forma, é importante destacar o papel do tutor no processo de aprendizagem da EaD, uma vez que tem como atribuição a mediação do conhecimento e quando o seu desempenho não acontece de forma satisfatória, o aluno se sente desmotivado a continuar os estudos.

O segundo ponto apontando como um possível fator propício a evasão é a didática utilizada pelos professores nas vídeo aulas, onde 31% dos alunos participantes da pesquisa sinalizaram que se sentem prejudicados e que a metodologia utilizada não atende suas necessidades.

Os autores apresentaram outros dados importantes nos questionários, como motivos de descontentamento e possível desistência, como dificuldade em assistir as vídeo aulas, conciliar trabalho e estudo, dificuldade na comunicação com a coordenação, conexão com a internet e na dificuldade na realização de provas online.

É fato que os alunos desse curso já consolidaram o perfil para a educação a distância como os autores observaram, mas que visualizam uma dificuldade na comunicação com a instituição por meio dos coordenadores, tutores e professores, e que essa falta de apoio podem se desmotivar, levando a evasão, pois os alunos se sentem desamparados.

Ao concluir a discussão, os autores destacam que existem aspectos da evasão que precisam ser avaliados na educação a distância: universidade, polo, curso, coordenação e tutoria, com uma intervenção integrada de todas as esferas institucionais, com o objetivo único de minimizar os índices de desistência nos cursos.

Na pesquisa “Possíveis influências da falta de bagagem matemática dos estudantes na insatisfação e evasão em um curso de licenciatura em Matemática na modalidade a distância, de Everton Luiz de Paula, Ricardo Nogueira e Alessandra Caldeira Alves da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o objetivo foi identificar se a falta de bagagem conceitual do discente do ensino médio influencia na sua satisfação com o curso, bem como sua permanência. Para atingir os objetivos propostos foram entrevistados estudantes regulares e evadidos de um curso

de licenciatura em matemática quanto à satisfação com o curso e, para os desistentes, os motivos que os levaram a evasão.

Nas discussões, os autores apresentaram o fortalecimento da EaD com o surgimento do Sistema UAB, que tinha como objetivo a formação de professores com a utilização de recursos digitais de informação e comunicação, bem como as adaptações necessárias que os estudantes necessitam para organização e planejamento de seus estudos.

Todavia, os autores sinalizaram que, mesmo com a flexibilidade que esta modalidade proporciona ao aluno, os problemas relatados são semelhantes aos alunos da educação presencial e dentre eles, a deficiência da formação no ensino médio, o que pode impactar sua permanência na Educação Superior.

Em relação a esse nível de ensino, Baggi e Lopes (2010) avaliam que há precarização, sendo que os conteúdos trabalhados precisam ser aprimorados no na Educação Superior. E quando falamos especificamente na matemática do ensino médio ou na Educação Superior, outros fatores devem ser considerados:

É muito comum observarmos nos estudantes o desinteresse pela matemática, o medo da avaliação, pode ser contribuído, em alguns casos, por professores e pais para que esse preconceito se acentue. Os professores na maioria dos casos se preocupam muito mais em cumprir um determinado programa de ensino do que em levantar as ideias prévias dos alunos sobre um determinado assunto. Os pais revelam aos filhos a dificuldade que também tinham em aprender matemática, ou até mesmo escolheram uma área para sua formação profissional que não utilizasse matemática (VITTI, 1999, p. 32-33).

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada com alunos regulares e evadidos, por meio de um questionário com perguntas relacionadas aos aspectos pessoais e sobre o curso.

Observando os resultados apresentados no questionário dos alunos regulares, quando perguntados sobre o nível de insatisfação do curso, foi possível observar que 25% dos alunos disseram que têm dificuldade na adaptação ao ritmo do curso e 23 (1%) que apresentam deficiência na formação do ensino médio. Em relação aos

motivos institucionais, os resultados apontam deficiência na organização e logística nas avaliações presenciais.

No que diz respeito aos resultados observados nas respostas de aluno evadidos, em relação a organização institucional, o trabalho dos tutores apareceu com 30% de insatisfação dos alunos.

Ao concluir suas discussões, os autores afirmam que a maioria dos alunos entrevistados não indicaram fatores pedagógicos como motivos de insatisfação com o curso. Os fatores de maior insatisfação estão ligados a dificuldades dos estudantes em função da fragilidade de sua formação no ensino básico e sugerem um curso de nivelamento com conteúdo do ensino médio para minimizar os impactos da chegada dos alunos em um curso superior, principalmente na área de Ciências Exatas, o que pode diminuir a insatisfação dos alunos no curso e conseqüentemente diminuição nos índices de evasão.

A pesquisa número 11, intitulada “Evasão Discente da EaD: percepções do papel do tutor em uma instituição de Ensino Superior, de Fabiana Pinto de Almeida Bizarria, Maria Aparecida da Silva, Teresa Cristina Janes Carneiro, teve como objetivo analisar percepções sobre o papel do tutor no enfrentamento da evasão na EaD sob o ponto de vista de profissionais de EaD em uma instituição de Ensino Superior Pública do Ceará.

As autoras pontuam os aspectos históricos da EaD e seu reconhecimento enquanto modalidade de ensino, desde os primeiros sinais de educação a distância por meio de correspondências até a sua institucionalização. Segundo Bizarria, Silva e Carneiro, (2014), as IES possuem características legais, estruturais e de ordem orçamentária, que dão ao sistema de EaD garantias de acesso aos alunos, haja vista a gratuidade, a universalidade e o referencial de qualidade.

Mas para que a EaD efetivamente possa se inserir no meio acadêmico como uma modalidade de ensino que oferece qualidade no processo de aprendizagem, as autoras destacam o papel do tutor. Preti (2003) nos seus estudos sobre EaD, explica a importância do papel do tutor e as funções desse profissional indispensável na educação a distância:

Entre as funções do tutor estão a de facilitador, que ajuda os alunos a compreender os objetivos do curso e de assumir uma postura emancipatória no processo de aprendizagem, a de observador da realidade vivida por alunos, orientadores e demais parceiros da rede, a de conselheiro sobre métodos de estudo, a de psicólogo capaz de orientar o aluno em momentos de dificuldades e angústias inerentes ao processo de aprendizado e, finalmente, o de avaliador de todo o processo, devido à sua visão próxima da realidade dos alunos, que lhe confere uma capacidade de identificar problemas de implantação e prováveis causas de desvios dos objetivos (PRETTI, 2003, p. 117).

Bizarria, Silva e Carneio (2014) destacam que o tutor simboliza muitas ações na EaD e seu perfil real nem sempre se assemelha ao perfil normativo e afirmam que as características responsabilidade e importância no sistema foram lembradas por todos os entrevistados.

Os resultados da pesquisa apontaram que a modalidade a distância exige do aluno uma demanda de trabalho considerável, algumas vezes com excesso de atividades e a falta de tempo para a realização do seu curso. Um perfil de tutor é desenhado com uma representação ampla e complexa e que possui centralidade nas ações, com ênfase numa abordagem pedagógica, que pressupõe capacidades de acolhimento e de motivação, assim como o manejo de dinâmicas de aprendizagem (BIZARRIA; SILVA; CARNEIRO, 2014, p. 13).

O suporte realizado pelo tutor é de suma importância nessa retomada a contenção da evasão, uma vez que sua presença na mediação do processo de aprendizagem do aluno pode contribuir para a permanência dele no curso.

O artigo número 14 de autoria de Charles Lelpo Mourão, Jones Baroni Ferreira de Menezes, Roselita Maria de Souza Mendes, Eloisa Maia Vidal, Germana Costa Paixão, José Nelson Arruda Filho da Universidade Estadual do Ceará, intitulado “Evasão Escolar: acompanhamento e estratégias pedagógicas, gerenciais e comportamentais, teve como objetivo analisar e refletir sobre a evolução das taxas de evasão desde o início da oferta do curso até o semestre atual e as estratégias utilizadas para diminuição desse problema no Curso de Ciências Biológicas à Distância da Universidade Estadual do Ceará em parceria com a Universidade Aberta do Brasil.

Segundo os autores, a educação a distância vem crescendo em qualidade, número de alunos e proposta didático pedagógicas e tecnológicas. Porém argumentam que mesmo com essa expansão e reconhecimento da modalidade, a evasão é um dos assuntos mais discutidos na atualidade, onde se busca entender quais os possíveis motivos que levam os alunos a evadir-se de suas atividades acadêmicas.

O censo educacional realizado pela ABED no ano de 2010 mostrou que dentre as principais causas da evasão estão problemas financeiros, dificuldades de gerenciamento de tempo livre dedicado às atividades do curso, não-adequação ao método de ensino e a obrigatoriedade da realização de provas presenciais em muitas instituições ofertantes (ABED, 2010).

Desta forma, a pesquisa buscou investigar causas e razões que justifiquem a evasão por meio de uma análise documental referente a evolução das matrículas em cada uma das turmas do curso de Ciências Biológicas no período de 2009-2013, para observar em qual momento do curso o aluno decide ausentar-se das atividades discentes, conseqüentemente aumentando as taxas de evasão.

Os resultados apontaram que na análise da evasão em um período de seis meses, observa-se que a mesma foi maior no primeiro ano de curso (25%). Os autores fundamentam esses dados apontando que esse é um momento crucial para a vida acadêmica do aluno, uma vez que se caracteriza pela aproximação com os conhecimentos científicos da profissão escolhida com utilização dos recursos pedagógicos (tecnológicos) que a EaD exige.

Os autores pontuaram que as taxas de evasão no curso de Ciências Biológicas são preocupantes, mas que a equipe gestora está buscando medidas preventivas com o objetivo de diminuir esses números. Para isso, apresentaram estratégias que foram divididas em três esferas: pedagógica, gerencial e comportamental.

Em relação a esfera pedagógica, foi implantada a recuperação e a reoferta de disciplinas. Essa estratégia estabelece que o aluno que não alcançou desempenho final satisfatório em determinada disciplina, mas que teve nota suficiente para se submeter ao exame final, tenha revisão dos conteúdos com o acompanhamento individualizado de tutores ao final do semestre e se submete a nova prova final

No que diz respeito as estratégias gerenciais, para contenção da evasão, a equipe pedagógica do curso organizou um levantamento de alunos com defasagem e oportunizou acompanhamento de tutores e professores de forma mais intensa, com revisão de conteúdos de forma presencial. Além disso foi organizado material didático para os encontros presenciais.

Ainda como ação gerencial, foi oferecido aos alunos o Programa de Assistência Estudantil e Permanência Universitária, uma iniciativa da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, em que alunos selecionados a partir de critérios socioeconômicos recebem bolsa para desenvolver atividades dentro dos Campi e no Programa de Monitoria Acadêmica, gerenciado pela Pró-Reitoria de Graduação que remunera, por meio de bolsas, alunos que se interessam em iniciar atividades docentes.

Na esfera comportamental, foi promovido uma nova maneira de vínculo com tutores e professores, organizando os feedbacks com prazo de até 24 horas e motivação aos alunos para participação dos fóruns, favorecendo o acompanhamento individual e efetivo das atividades na plataforma digital. Os tutores ainda começaram a desempenhar suas funções de maneira mais ativa, enviando mensagens de lembrete e de suporte aos alunos, favorecendo o interesse e a confiança dos alunos.

Ao finalizar suas discussões, os autores afirmaram que ainda são escassos os estudos científicos acerca dessa temática, o que indica que é necessária a realização de discussões que podem ser convertidos em estratégias gestoras eficientes.

Nesta categoria de análise podemos observar que todos os trabalhos citam a importância da EaD no cenário educacional brasileiro e sua expansão nas instituições de ensino. Porém, os autores comungam da mesma fala quando dizem que a EaD ainda precisa de uma retomada organizacional e institucional para seu funcionamento com qualidade, que ocorre com a implementação de políticas públicas e investimento em educação.

Outro fator importante a citar é que os estudos envolvendo a temática evasão ainda são escassos, sem informações plausíveis e até mesmo com dados quantitativos e não qualitativos o que desfavorece o foco nas estratégias de contenção desse processo. Os espaços acadêmicos precisam dar mais atenção a essa temática, buscando avaliar os motivos que levam ou podem levar os alunos a evasão na

Educação Superior e utilizar-se de meios para que a expansão da EaD continue apresentando altos índices, assim como a permanência e conclusão dos cursos.

4.3. Categoria: Motivos Sociais

Nesta categoria apresentamos o trabalho número 12 intitulado “Fatores que afetam a permanência dos discentes e cursos de graduação a distância: um estudo na UNILAB”, de autoria de Teresa Cristina Janes Carneiro da Universidade Federal do Espírito Santo, Maria Aparecida da Silva Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Fabiana Pinto de Almeida Bezerra da Universidade de Fortaleza. A pesquisa teve como objetivo analisar fatores que contribuem para a permanência de discentes em cursos de graduação na modalidade a distância.

As autoras iniciaram a discussão apontando o processo de expansão da EaD por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil e com isso a criação da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) que tem como missão a integração entre os países africanos. Nesse sentido a educação a distância tem papel fundamental na promoção de projetos com ênfase nessa integração, utilizando as tecnologias de informação.

As autoras demonstraram preocupação com as taxas de evasão na educação a distância, apontada como um grande problema no processo de ensino e que merece uma atenção maior que no ensino presencial, pois é uma modalidade que requer um perfil diferenciado de aluno como assinala o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância:

Os profissionais de EaD têm mais motivos do que os profissionais da educação presencial para se preocuparem com o problema da evasão escolar, pois a EaD geralmente depende de forma bem mais direta de algumas aptidões do aluno, como capacidade de organização e de concentração (ABRAED, 2008, p. 61).

Os autores se baseiam nos estudos de Silva Filho (2007), que justifica que esse perfil de aluno da EaD precisa do conhecimento das tecnologias mediadoras, exigindo

novos comportamentos. A partir disso, foi apresentado o modelo de Rovai (2003), que é um modelo interpretativo da evasão na EaD dividido em dois momentos: antes do discente entrar na universidade e depois do início do curso para interpretação dos dados da pesquisa.

Na análise dos dados, foi observado que os fatores mais fortemente associados a permanência do aluno no curso se refere a sua condição social: etnia e escola onde estudou o ensino médio. Os resultados apontaram que alunos da etnia branca e oriundos de escolas privadas apresentam maiores índices de evasão.

Outro dado importante apontado pelos autores é que os alunos de etnia preta, parda, indígena e amarela, na região em que se situa esse estudo, nordeste do Brasil, podem ter menos oportunidades de frequentar a universidade que não seja pela modalidade de ensino a distância, além de ter menores chances de ocupação mais bem remunerada que não seja pela formação superior.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que a educação a distância é uma oportunidade para os alunos de baixa renda, com histórico de escola pública na região analisada, uma vez que são esses alunos que permanecem no curso e que, quando no ingresso da Educação Superior, a probabilidade de evasão diminui.

4.4. Estratégias e Índices de Evasão

Dentre os trabalhos selecionados para esta pesquisa, o artigo de número 13 intitulado “Evasão Escolar nos cursos de graduação a distância” de Priscila Rezende Moreira, Laís Generoso Lott Glória, Wagner José Corradi Barbosa, Cleso Godinho da Costa, Rosilene Oliveira de Carvalho e Gelson Assis Viveiro da Universidade Federal de Minas Gerais, não apresentou motivos para a desistência ou estratégias para contenção da evasão, mas apresentou dados comparativos entre cursos relevantes para estudos futuros sobre a temática.

O objetivo dessa pesquisa foi apresentar dados da evasão escolar dos cursos de Pedagogia e Geografia a distância ofertados pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Nas discussões, os autores pontuaram que a evasão escolar na Educação Superior a distância é tema de pesquisas na área educacional e que isso pode ocorrer devido o preconceito que esse ensino sofre no próprio meio acadêmico, somados às dificuldades concernentes à sua representação empírica, onde a EaD ainda é vista como um ensino de segunda categoria.

Nesse sentido, os autores apontam possíveis motivos para a evasão na Educação Superior a distância:

[...]as variáveis relacionadas: à distância entre o polo e a residência, ao acesso à internet, à possibilidade de fazer um curso superior presencial, à dificuldade com o método de ensino, ao relacionamento com o tutor, à falta de programa de apoio ao estudante (bolsa auxílio), à falta de programas de iniciação científica e de extensão, à condição física dos polos, ao preconceito sobre o curso, à valorização do diploma de aluno da modalidade EaD no mercado de trabalho, entre outras (MOREIRA et.al., 2016, p. 05).

Para a pesquisa, os autores fizeram uma análise qualitativa de dois cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, Pedagogia e Geografia, no período de 2008 a 2012. Os cursos foram propositalmente escolhidos pelo fato de apresentarem índices de evasão antagônicos.

Os resultados apresentaram os dados relativos à evasão onde foi possível observar um média de evasão de 19,2% para o curso de Pedagogia e 58% para o curso de Geografia. Os autores sinalizam a discrepância nos resultados e sugerem a realização de pesquisas futuras para compreender as causas, fatores e motivos da evasão escolar nesses cursos bem como compará-los para justificar a diferença de percentual observada nessa pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática evasão nos cursos de Educação Superior vem sendo foco de discussões acerca da problemática que também aparece nos cursos a distância, onde motivações diversas são apontadas como possíveis causas para desistência dos cursos. Discutir evasão foi o objetivo central desta dissertação e para que conseguíssemos alcançá-lo, optamos em identificar nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Superior à Distância (ESUD) no período de 2010 a 2018, os trabalhos que discutissem e/ou apontassem os motivos que levam estudantes a não concluírem seus cursos de graduação a distância.

Em relação aos objetivos específicos, trilhamos um caminho para a pesquisa e que também os alcançamos: a) apresentar os motivos que levam os estudantes a evadirem dos cursos; b) analisar se nos trabalhos pesquisados aparecem estratégias para conter a evasão nos cursos; c) verificar se os motivos de evasão se referem na sua maior parte a motivos pessoais ou relacionados a Instituição.

Para a realização deste trabalho, optamos pela pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, que é utilizada quando o autor escolhe realizar a análise de artigos de uma única fonte ou setor de publicações.

Na análise dos trabalhos, identificamos três categorias que podem explicar as causas da evasão: motivos pessoais, motivos institucionais e sociais além de uma pesquisa que não apontou os motivos para a desistência, mas que apresentou dados importantes para este estudo.

Em todas as categorias, foi perceptível que os estudos e discussões sobre evasão vem sendo destaque no cenário educacional brasileiro, mas que existe uma escassez de pesquisas científicas, dissertações e teses que possam comprovar ou apresentar estratégias plausíveis que favorecem a permanência dos alunos nos cursos.

Na categoria de motivos pessoais, os autores dos trabalhos selecionados apontaram que são diversas as motivações que estão relacionadas a evasão e

fundamentaram suas análises com estudos, conceitos e definições para embasar suas pesquisas.

Os motivos apontados nesta categoria se referem a falta de tempo e organização, inadequação de expectativas, impressão de facilidade de estudos, desmotivação e desinteresse do acadêmico. Porém o que é mais salutar apresentar nesta categoria é a dificuldade que os estudantes têm em se adaptar a modalidade a distância e na autonomia para realização de suas atividades discentes. Embora a educação a distância oportunize a flexibilidade de horários e lugares, a dedicação e empenho são inerentes aos estudos, sendo de grande importância uma organização acadêmica para sucesso do aluno no curso.

Tendo em vista que os alunos sofrem de certa forma uma frustração no decorrer do curso, o artigo “A evasão no curso de licenciatura em Ciências Biológicas a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte –UFRN” aponta a importância do primeiro ano de graduação para a discussão de conceitos e definições no início do curso, o que poderá fazer o acadêmico repensar sua organização e superar suas dificuldades ao adentrar na modalidade a distância. Esse apoio inicial se faz importante para que os estudantes tenham clareza do processo, evitando frustrações e desmotivações que podem levar a desistência do curso (ZAROS; SOUZA; MEDEIROS, 2014).

Na categoria de motivos institucionais, os trabalhos apresentam os desafios da educação a distância em relação a organização da modalidade nas Instituições de Educação Superior.

Os autores realizaram, de forma geral, uma reflexão e fundamentação teórica no que diz respeito a importância do Sistema Universidade Aberta do Brasil e a expansão da educação a distância bem como sua democratização na Educação Superior. Discorrem sobre a importância do tutor no processo ensino aprendizagem e na relação com a Instituição, uma vez que o aluno visualiza nesse profissional um vínculo pedagógico e afetivo, que pode ter grande influência na permanência dos alunos nos cursos.

Os motivos apresentados como agravantes para a evasão nos cursos são suporte institucional insuficiente, apoio virtual deficitário, a didática utilizada,

dificuldade no contato com o corpo docente (tutor, professor, coordenador), adaptação ao ritmo e organização da Instituição.

O artigo “Possíveis influências da falta de bagagem matemática dos estudantes na insatisfação e evasão em um curso de licenciatura em Matemática na modalidade a distância” apontou uma precarização institucional na educação básica, relacionado a deficiência de formação do aluno no ensino médio, que chega a Educação Superior com muitas dúvidas e despreparo pedagógico. Nesse sentido aponta uma estratégia para resolução desse déficit, orientando para a organização de um curso de nivelamento do ensino médio para minimizar a chegada do aluno na Educação Superior.

Observamos que a pesquisa “Evasão Escolar: acompanhamento e estratégias pedagógicas, gerenciais e comportamentais, apresentou três esferas (pedagógica, gerencial e comportamental) com estratégias importantes para minimizar a evasão nos cursos: recuperação e a reoferta de disciplinas, revisão de conteúdos de forma presencial, Programa de Assistência Estudantil e Permanência Universitária e o acompanhamento individual e efetivo das atividades na plataforma digital com feedback de tutores e professores.

Outro destaque importante nesta categoria, está no trabalho “Fatores de evasão e persistência em cursos superiores online”, onde a autora retrata uma carência de pesquisas qualitativas relacionadas ao tema evasão, ou seja, dados que apontam índices de evasão, mas que não retratam estratégias, propostas ou soluções para minimização da evasão.

Na categoria motivos sociais, encontramos a questão da diversidade que aparece como uma exclusão social, pautando a importância de perceber a EaD como mais propicia a evasão que na educação presencial, uma vez que exige um perfil específico de aluno.

Os resultados demonstraram que a etnia e a formação no ensino médio são indicadores de índice de evasão, onde a etnia branca e os alunos provenientes de educação privada no ensino médio apresentam maiores taxas de evasão.

Os dados dessa categoria, nos permite concluir que alunos que realizaram seus estudos de ensino médio na rede pública e/ou com etnia preta ou parda podem apresentar menores taxas de evasão na Educação Superior a Distância.

Dentre os trabalhos analisados, observamos um trabalho que não apresentou motivos para a evasão, mas discutiu, por meio de um estudo comparativo, a diferença nos números de evasão em dois cursos de licenciatura: Geografia e Pedagogia. Os autores discutiram sobre o preconceito que ainda existe na modalidade a distância em relação a educação presencial como um possível agravante para a evasão. Os resultados apontaram 19,2% para o curso de Pedagogia e 58% pra o curso de Geografia. Os autores destacam que o resultado é discrepante e que é de grande importância estudos futuros que possam apresentar dados específicos dos cursos para compreensão desse resultado.

De forma geral, os autores pontuaram que a evasão é um tema que vem ganhando bastante visibilidade, sendo abordado constantemente nos eventos, porém ainda existe uma carência de estudos científicos qualitativos que possam contribuir efetivamente com estratégias de diminuição das taxas de evasão na educação a distância. Outro fator importante é que o aluno precisa apresentar um perfil para a escolha pela modalidade a distância, haja vista que, para a realização dos estudos, é necessário e imprescindível uma organização e autonomia por parte do aluno. A flexibilidade de tempo e lugar não devem ser confundidos com facilidade de estudos.

Após a realização da pesquisa, concluímos que os artigos analisados apresentaram discussões relevantes sobre a temática escolhida, elencando motivos que favorecem a evasão, na maior parte dos trabalhos relacionados com motivos pessoais e institucionais, bem como apresentam estratégias para conter esse fenômeno.

Acreditamos que a EaD foi se expandindo no cenário educacional brasileiro, sendo implantada para a democratização do acesso, mas que ainda apresenta suas dificuldades como o preconceito em relação a sua qualidade. Na verdade, o fato é que a EaD oportuniza a formação em nível superior de milhões de pessoas que não teriam uma formação universitária se esta não fosse ofertada nessa modalidade de ensino.

Embora ainda existam preconceitos com relação à EaD, ela tem-se socializado atingindo todas as camadas populares.

Estudar o tema evasão na Educação Superior a Distância nos permitiu entender que as motivações para o acesso e permanência nos cursos tem as mais variadas motivações, mas entender esse processo requer uma investigação árdua para compreender o processo como um todo. É fato que o mais importante além de conhecer essas motivações é buscar estratégias de minimização para essa evasão, ou seja, relacionar o perfil do aluno com as características específicas da modalidade e reorganizar o ambiente institucional em relação aos recursos físicos, estruturais, financeiros e humanos para que a EaD possa ser oferecida com suporte e qualidade.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G.; ZERBINI, T.; SOUZA, D. B. L. Panorama das pesquisas em Educação a Distância no Brasil. **Estudos de Psicologia (UFRN)**, Natal, RN, v. 15, n. 3, p. 291-298, set./dez., 2010.

ABRAED. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**. 4. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2008.

ALONSO, K. M. A expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação Social**, Campinas, SP, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out./dez., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/14.pdf>>. Acesso em: maio, 2019.

ALONSO, K. M. Educação a distância e tutoria: anotações sobre o trabalho docente. In: ALONSO, K. M.; BARBOSA, J. G.; RODRIGUES, R. S. (Org.). **Educação a distância: práticas, reflexões e cenários plurais**. Cuiabá, MT: Central de Texto; EduFMT, 1996. p. 95.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARIEIRA, J. O. et al. Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes. **Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 63, p. 313-340, abr./jun., 2009.

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do Acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 31, n. 3, p. 321-338. jul./set., 2015.

BAGGI, C. A. S. LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, SP, v.16, n. 2, p. 355-374, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, E. S de S.; PINTO, R. P. **Avaliação da Educação básica (1990-1998)**. Brasília, DF: MEC/Inpe/Comped, 2001. (Estado do Conhecimento, n. 4).

BIZARRIA, F. P. de A.; SILVA, M. A.; CARNEIRO, T. C. J. Evasão discente na EaD: percepções do papel do tutor em uma instituição de ensino superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 11., 2014, Florianópolis, **Anais...** UNIREDE, 2014. p.1-15.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos Portugal: Porto Editora, 1994.

BOTH, I. J. Avaliação Institucional: agente de modernização administrativa e da educação. **Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 41-50, mar. 1998.

BRASIL. **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília, DF: 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.493**, de 18 de julho de 2005 que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Brasília, DF: 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 08 de junho de 2006 que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.303**, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF: MEC, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o Artigo 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-norma-pe.html>>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.260**, de 12 de julho de 2001 que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: out., 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional da Educação 2001-2010 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 01, 10 jan., 2001a.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Os desafios do Plano Nacional de Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Brasília, DF: 2004.

BRASIL, **Resolução nº01**, de 11 de março de 2016, que Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>>. Acesso em: out., 2018.

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. (p. 15 – 46)

CONAE. Conselho Nacional de Educação. **Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: out., 2019.

CORDEIRO, Maria J. de J. A.; CORDEIRO, A. L. A. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). In: SEMINÁRIO DA REDE UNIVERSITAS / BR POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A expansão privado-mercantil em questão, 23, Belém. **Anais eletrônicos**...Belém: PA, 2015. p. 831-851. Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>>. Acesso em: out., 2019.

COSTA, M. L. F. **Políticas públicas para o Ensino Superior a Distância e a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil no Estado do Paraná**. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2010.

CHAVES FILHO, H. A Universidade Aberta do Brasil: estratégia para a formação superior na modalidade de EaD. **Fonte**, p, 85-91, jan./jun., 2007.

DEMETRIOU, C., & SCHMITZ-SCIBORSKI, A. (2011). Integration, motivation, strengths and optimism: Retention theories past, present and future. Em: R. Hayes (Org.). **Proceedings of the 7th National Symposium on student retention**. Norman, OK: The University of Oklahoma, 2011. pp. 300-312.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da Educação superior à distância: novos marcos regulatórios? **Educ. Soc. [online]**, Campinas, SP, s. 1, v. 29, n. 104, p. 891-917, out., 2008.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação**: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira. Goiânia: Editora Imprensa Universitária; ANPAE, 2017.

FERREIRA, N. S. de A. As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Fonseca, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila)

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na Educação superior no Brasil**. 2005. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUAREZI, R. de C. M.; MATOS, M. M. de. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior: 2018 –resumo técnico. Brasília, DF: 2018. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: out., 2019.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2008.

KENSKI, V. M. **O desafio da Educação a distância no Brasil**. Disponível em:
<<https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>, 2010>. Acesso em: out., 2019.

KENSKI, V. M. Avaliação e acompanhamento da aprendizagem em ambientes virtuais, a distância In: MILL, D. R. S.; PIMENTEL, N. M. (Org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos: EdUFSCar, 2013. p. 59-68.

MACIEL, C. E.; SILVA, M. das G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. Assistência Estudantil: a evolução de uma política pública e os significados no contexto da educação superior. In: Sousa, J. V. (Org.). **Expansão e avaliação da Educação superior brasileira: formatos, desafios e novas configurações**. Brasília: Fino Traço, 2015. p. 255-276

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na Educação superior. **RBPAE**, v. 32, n. 3, p.759-781, set./dez. 2016.

MAROSTI, M. R. D. **A Tutoria no Brasil**: mapeamento dos artigos publicados no Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância de 2011 a 2013. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

MARTINS, R. X.; et., al. Por que eles desistem? Estudos sobre a evasão em cursos de licenciatura a Distância. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., 2013, Belém. **Anais...** Belém: UNIREDE, 2013. p.1-15.

MAURÍCIO, W. P. D.; SCHLEMMER, E. Educação a Distância: as causas da evasão, os não lugares e suas manifestações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 11., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UNIREDE, 2014. p.1-10.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. Artigo publicado na revista Informática na Educação: **Teoria & Prática**, Porto Alegre, v. 3, n.1, set., 2002.

MOREIRA, P. R et. al. Evasão escolar nos cursos de graduação a distância. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 13., 2016, São João Del Rei. **Anais...** São João Del Rei: UNIREDE, 2016. p.1-11.

OLIVEIRA, J. R. G. Nenhum a menos: o problema da evasão na Educação a distância. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 11., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UNIREDE, 2014. p.1-10.

PEREIRA, J. M. **EAD como forma de inclusão no Brasil**. [S. l.]: 2007. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/ead-como-forma-de-inclusao-no-brasil>>. Acesso em: ago., 2016.

PRETI, O. (Org.). **Educação à Distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília: Plano, 2000.

PRETI, O. **O estado da arte sobre tutoria**: modelos e teorias em construção. 2003, Disponível em: <https://setec.ufmt.br/uploads/files/pcientifica/tutoria_estado_arte.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

PRETI, O. **Educação a distância**: fundamentos e políticas. Cuiabá: UFMT, 2008.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SÁ BARRETO, E. S. de; PINTO, R. P. **Avaliação da Educação básica (1990-1998)**. Brasília, DF: MEC/Inpe/Comped, 2001. (Estado do Conhecimento n. 4).

SAMPAIO, H. **Setor privado de ensino superior no Brasil**: crescimento, mercado e estado entre dois séculos. Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, 2013. Relatório. 26 p. Disponível em: <http://www.nupps.usp.br/downloads/relatório013/Anexo_44_Texto%20para%20Livro%20Maria%20Ligia%20Barbosa.pdf>. Acesso em: nov., 2016.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em nov., 2016.

SCHLEMMER, E. **Telepresença**. Curitiba: Iesde Brasil, 2009.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) Educação superior no Brasil 2002-2012**. Piracicaba, 2014.

SILVA, A. P. da; RIBEIRO, T. N.; SCHNEIDER, H. N. UNIREDE: uma proposta para o ensino público a distância no Brasil e as ações no Estado de Sergipe. **Scienta Plena**. [on line]., Sergipe, v. 2, n. 7, p. 74-81, 2006.

SILVA, L. C. R. da S.; MOTA, E. V. Educação a distância: evasão no curso de bacharelado em Administração de 2012 da Universidade Estadual do Maranhão em Barra do Corda. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 13., 2016, São João Del Rei. **Anais...** São João Del Rei: UNIREDE, 2016. p.1-10.

SILVA, M. das G. M. da; NOGUEIRA, P. S. Expansão da Educação superior e a política de democratização: avanços e contradições. In: SILVA, M. das G. M da. (Org.). **Políticas Educacionais faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p.13-37.

SILVA FILHO, R. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SOARES, M. B.; MACIEL, F: **Alfabetização / Organização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

TEIXEIRA, C. R. O “Estado da Arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação Currículo (1975-2000). **Cadernos de Pós-Graduação - Educação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

TINTO, V. (2007). Research and practice of student retention: what next? **Journal of College Student Retention**, 8(1), 1-19.

UNIREDE. Associação Universidade em Rede. Disponível em: <<http://www.aunirede.org.br>> Acesso em: out., 2019.

VITTI, C. M. **Matemática com prazer, a partir da história e da geometria**. 2. ed. Piracicaba, SP: Editora Unimep. 1999. 103p.

ZANATTA, R. M. Educação a distância no Brasil: aspectos legais. In: COSTA, M. L. F.; ZANATTA, R. M. (Org.). **Educação a distância no Brasil**: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: Eduem, 2014. p. 23-42.

ZAROS, L. G.; SOUSA, R. A. de; MEDEIROS, H. R. de. A evasão no curso de licenciatura em Ciências Biológicas a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA,10., 2013, Belém. **Anais...** Belém: UNIREDE, 2013. p.1-11.